

---N.º 7/2023 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE VINTE E NOVE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS. -----

---Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e três, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, ordinariamente, no Salão Nobre da Assembleia Municipal deste concelho, com a seguinte: -----

----- ORDEM DE TRABALHOS -----

---PRIMEIRO PONTO - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA. (Grelha D) -----

---SEGUNDO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA 3ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO N.º 1 ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---TERCEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA 4ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO N.º 1 ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---QUARTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DAS VIAS DISTRIBUIDORAS PRINCIPAIS PREVISTAS NO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (JOANE, POUSADA DE SARAMAGOS E VERMOIM) - ESTUDOS PRÉVIOS PARA AS ÁREAS SITUADAS: LUGAR DAS CHARRUEIRAS, FREGUESIA DE JOANE; LUGAR DE CARIDES, FREGUESIA DE POUSADA DE SARAMAGOS E LUGAR DE VILA MENDE, FREGUESIA DE VERMOIM, RESPETIVAMENTE, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 22º DO REGULAMENTO DO PDM, BEM COMO NOS TERMOS DA

ALÍNEA R) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---**QUINTO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 149.012,55€, PARA A CONCRETIZAÇÃO DE OBRAS DE SUBSTITUIÇÃO DO RELVADO SINTÉTICO DO CAMPO DE FUTEBOL 11 DA ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA NINENSE, E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DE ACORDO COM O DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO Nº 1 DO ARTIGO 6º DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---**SEXTO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE PEDOME E UNIÃO DE FREGUESIAS DE ANTAS E ABADE DE VERMOIM - TRANSFERÊNCIA DE VERBAS ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 131.089,88€. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---**SÉTIMO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, COM A ÁREA TOTAL DE 81,00 METROS QUADRADOS, CEDIDA AO MUNICÍPIO COM A EMISSÃO DO ALVARÁ N.º 12/2007, SITA NA RUA DE LOUREDO, IDENTIFICADA COMO LOTE N.º 30, INSCRITA NA MATRIZ PREDIAL URBANA SOB O ARTIGO P5325, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E CALENDÁRIO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---**OITAVO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, COM A ÁREA DE 90,00 METROS QUADRADOS, SITA NO GAVETO DA RUA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS E TRAVESSA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ANTAS E ABADE DE VERMOIM, A CONFRONTAR A NORTE COM A RUA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, A SUL COM TERRENO PARTICULAR, A NASCENTE COM JOANA ISABEL SIMÕES LAMEGO E VÍTOR MANUEL CARVALHO DO REGO E POENTE COM TRAVESSA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**NONO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS NO ÂMBITO DO PROGRAMA 1º DIREITO/ PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (PRR), INVESTIMENTO RE-C02-I01 - PROGRAMA DE APOIO AO ACESSO À HABITAÇÃO - PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO, APROVAÇÃO E ADJUDICAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**DÉCIMO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA 2ª OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS NO ÂMBITO DO PROGRAMA 1º DIREITO/ PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (PRR), INVESTIMENTO RE-C02-I01 - PROGRAMA DE APOIO AO ACESSO À HABITAÇÃO - AVISO DE PUBLICAÇÃO 2ª REPUBLICAÇÃO N.º 01/CO2-I01/2021 - COMPONENTE 02 - HABITAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---**DÉCIMO PRIMEIRO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA COMISSÃO EVENTUAL DE REVISÃO DO REGIMENTO - PEDIDO DE

PRORROGAÇÃO POR 30 DIAS. (GRELHA E) -----

---A Mesa, presidida por João Nuno Lacerda Teixeira de Melo, e secretariada por Luís Ângelo Rodrigues Oliveira e Susana Patrícia Silva Ferreira, verificou a existência de "quórum" e assinalou as seguintes presenças e faltas: -----

---ANA ISABEL MACEDO FALCÃO FERNANDES -----

---ANTÓNIO AFONSO ARAÚJO REBELO -----

---ANTÓNIO FERNANDO SANGUEDO MEIRELES -----

---ANTÓNIO FRANCISCO COSTA OLIVEIRA -----

---ANTÓNIO JOSÉ DINIS PEREIRA -----

---ANTÓNIO MANUEL CARVALHO GOMES-----**FALTA JUSTIFICADA**---

---ARMINDO FERNANDES GOMES-----

---ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO -----

---AVELINO FREITAS SILVA -----

---BERNARDINO GOMES MARTINS-----**FALTA JUSTIFICADA**---

---BRUNO JOAQUIM TORRES PINHEIRO CUNHA -----

---CAMILO DE LELLIS SERRANO GARCIA DE ARAÚJO-----

---CARLOS ALBERTO COSTA FERNANDES -----

---CARLOS ALBERTO COSTA GOMES -----

---CECÍLIA MARIA CARVALHO MARTINS -----

---CLÁUDIA ISABEL NOGUEIRA ARAÚJO-----

---CLÁUDIO JOSÉ MONTEIRO CADEIA -----

---DANIELA FILIPA MACHADO TORRES-----

---DUARTE ANTENOR SILVA VEIGA-----

---ELISA MARIA DOMINGUES DA COSTA -----

---ELSA CRISTINA SALGADO LOPES-----

---FÁTIMA SANDRA SILVA MARTINS ARAÚJO-----

---FERNANDO JORGE FERREIRA SILVA -----
---FIRMINO VILA VERDE COSTA-----
---FRANCISCO CASTRO ALVES-----**RENUNCIOU AO MANDATO**---
---FRANCISCO JOSÉ NOGUEIRA GONÇALVES -----
---FRANCISCO RODRIGUES SÁ -----
---GERMANO ANTÓNIO SILVA ARAÚJO-----
---JOANA GOMES FERNANDES -----
---JOÃO NUNO LACERDA TEIXEIRA DE MELO-----
---JOÃO PEDRO RODRIGUES FONSECA CASTRO -----
---JORGE JOAQUIM DOMINGUES COSTA -----
---JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA -----
---JOSÉ CARLOS SILVA LIMA -----
---JOSÉ JOAQUIM OLIVEIRA MACHADO -----
---JOSÉ LUÍS SAMPAIO ALVES-----
---JOSÉ MARIA PINHEIRO NOGUEIRA-----
---JUDITE CELESTE RIBEIRO COSTA -----
---LAURINDA DA COSTA MACIEL -----
---LEONEL AGOSTINHO AZEVEDO ROCHA -----
---LUÍS ANTÓNIO FERREIRA MIRANDA DA SILVA -----
---LUÍS MANUEL FERREIRA BARREIRAS -----
---MANUEL ANTÓNIO MOREIRA DA SILVA -----
---MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA -----
---MANUEL JOÃO FERNANDES NASCIMENTO -----
---MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA -----
---MANUEL LIMA SOARES -----
---MANUEL NOVAIS OLIVEIRA-----

---MANUEL SILVA ALVES -----

---MARIA ESTELA SÁ VELOSO CARDONA -----

---MARIA ISABEL DA CUNHA FREITAS -----

---MARTA ISABEL DA SILVA AZEVEDO -----

---MÓNICA ANDREIA MOREIRA AZEVEDO FARIA -----

---PAULA CRISTINA MONTEIRO DA SILVA MARTINS -----

---PAULA MARIA RODRIGUES COSTA AZEVEDO -----

---PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA -----

---PEDRO JORGE SOUSA SANTOS -----

---PEDRO MIGUEL DA CRUZ ARAÚJO -----

---PEDRO TIAGO DA SILVA OLIVEIRA-----**TOMOU POSSE**----

---RICARDO GABRIEL MENDES VALE-----

---RICARDO JOSÉ MESQUITA CARVALHO COSTA -----

---RICARDO MIGUEL REGO MESQUITA-----

---RUI MANUEL MATOS CARVALHO -----

---RUI MIGUEL PEREIRA DOS SANTOS-----

---RUI PEDRO PACHECO ALVES -----

---SANDRA MARLENE PEREIRA MONTEIRO AZEVEDO -----

---SUSANA PATRÍCIA SILVA FERREIRA -----

---TÂNIA DANIELA CARVALHO SILVA -----

---TOMÁS MANUEL CUNHA E SOUSA -----

---Verificado o quórum deu-se início à sessão com o período de: -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -**

Informou que, por motivos profissionais, o 1º Secretário, Dr. Luís Ângelo Rodrigues de Oliveira, não podia estar presente nesta sessão, pelo que solicitou ao Grupo da Bancada

Municipal do PSD que indicasse uma pessoa para completar a Mesa da Assembleia Municipal.-----

---Comunicou, também, que renunciou o mandato o Senhor Deputado Francisco Castro Alves, e toma posse, em sua substituição, o Senhor Deputado Pedro Tiago da Silva Oliveira. -----

---Deu a palavra à Senhora Deputada Tânia Silva para fazer uma interpelação à Mesa. ---

---**TÂNIA SILVA (CDU)** - Isto serve somente para dizer que no início desta semana recebemos um e-mail por parte dos serviços desta Câmara para ser enviado tudo aquilo que era de propostas para apresentar no período do Antes da Ordem do Dia, para que não haja atrasos, e, portanto, nós estamos a iniciar a sessão com quarenta minutos de atraso, e a receber os documentos neste momento. -----

---Acho que é inaceitável, considerando que a justificação foi para não haver atrasos. E, portanto, eu recomendaria que se foi feito este pedido numa próxima sessão tivessem o cuidado, pelo menos, não iniciarmos a sessão com quarenta minutos de atraso, Senhores Deputados. -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO** - Dando como boa a sua interpelação, tentaremos que em próximas sessões os documentos sejam distribuídos com mais tempo, sendo que a esse propósito gostava de informar que entrou: -----

--- Um Voto de Recomendação do Chega ao órgão executivo; -----

---Uma Proposta do Chega de atribuição de receitas do Parque Estacionamento “Antigo Campo da Feira”; -----

---Uma Moção/Saudação da CDU sobre o Dia Internacional do idoso - Dia 1 de outubro;

---Uma Moção da CDU sobre a Habitação;-----

---Um Voto de Congratulação do PS à atleta famalicenses, Joana Vanessa Carvalho;-----

---Um Voto de Congratulação do PS ao Rancho Folclórico do Divino Salvador de Delães;

---Um Voto de Louvor do PS ao atleta Gonçalo Machado;-----

---Um Voto de Pesar do PS pelo falecimento do Senhor Ernesto Ferreira da Silva. -----

---**JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA) - VOTO DE RECOMENDAO DO CHEGA
AO ÓRGÃO EXECUTIVO - ELABORAO DE UM REGULAMENTO
MUNICIPAL SOBRE AS TROTINETES.** -----

---Antes de apresentar o nosso voto de recomendao e a nossa proposta, gostaria de
felicitar na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, e na pessoa do Senhor Presidente da
Assembleia Municipal a vitória da coligao na Madeira e da fidelidade aos princípios
políticos que norteiam a vossa coligao. Portanto, relativamente ao voto de
recomendao, isto foi um assunto já falado aqui pela rama da Assembleia Municipal.
Mas neste período de defeso, vulgo período de verão, situaoes de conflito agonizaram-
se e acontecem de forma a miude. Portanto, nós consideramos que  pertinente apresentar
este voto de recomendao.-----

---O Grupo municipal do Partido Chega recomenda ao órgão executivo, a elaborao,
com a maior celeridade possível, de um Regulamento Municipal sobre circulao de
Trotinetas. -----

---As situaoes de uso abusivo de Trotinetas sucedem-se e intensificam-se, sobretudo na
malha urbana, onde ocorrem situaoes de conflito não regulamentado. -----

---As trotinetas elétricas ou e-scooters partilhadas são um serviço de mobilidade apontado
como sustentável e importante para a logística urbana. Contudo, um novo estudo fez uma
avaliao socioeconmica deste meio de transporte e concluiu que, apesar dos benefícios,
há questões de segurança que custam alguns milhões de euros por ano.-----

---Existem preocupaoes relativas, nomeadamente,  proteo de condutores e
transeuntes e aos impactos ambientais que resultam da sua utilizao. Em 2020, a

sinistralidade associada às e-scooters partilhadas custou mais de cinco milhões de euros em despesas de saúde a vários municípios portugueses. -----

---As trotinetas devem circular nas ciclovias. Quando não existem, devem circular na estrada, encostadas à direita. -----

---Os condutores de trotinetas devem sempre transportar consigo um documento de identificação. -----

---As trotinetas não podem exceder a velocidade de 25 Km/h. -----

---Não podem transportar mais do que uma pessoa. -----

---Não é possível conduzir nos passeios. Há três exceções: podem circular se levadas pela mão, se o município o permitir ou se se tratar de um velocípede conduzido por crianças até 10 anos, desde que não representem perigo ou causem perturbação. -----

---Desta forma, considera o Grupo Municipal do Partido Chega, da pertinência em elaborar um Regulamento municipal sobre o uso de Trotinetas, em estreita colaboração/coordenação com as forças de segurança. -----

---**JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA) - PROPOSTA DO CHEGA DE ATRIBUIÇÃO DE RECEITAS DO PARQUE ESTACIONAMENTO “ANTIGO CAMPO DA FEIRA”**

--- O Grupo Municipal do Partido Chega propõe que parte das receitas provenientes do Parque de estacionamento “Antigo campo da feira”, revertam a favor, por igual, às três corporações de Bombeiros do município e ao Núcleo de Ribeirão da Cruz Vermelha. ----

---A proposta aqui apresentada vai no sentido de valorizar os Bombeiros pelo seu imprescindível trabalho e uma contribuição adicional para um Sistema de Proteção Civil mais capacitado e eficaz.-----

---As Corporações de Bombeiros têm sido sistematicamente desvalorizadas pelo poder político, o que resulta no imediato, em dificuldades crónicas na gestão de tesouraria, problemas em recrutar novos elementos e instabilidade na sua ação.-----

---Desta forma gostaríamos de ver aprovada nesta Assembleia Municipal, uma proposta que atribua às três corporações de Bombeiros do Município e à Delegação da Cruz Vermelha 40% (10% a cada entidade) da receita do Parque de estacionamento do “Antigo Campo da Feira”.-----

---Consideramos que esta é uma medida da mais elementar racionalidade na gestão autárquica, de forma a mitigar algumas adversidades, dado que as associações humanitárias de bombeiros estão constantemente em situação de debilidade financeira que pode comprometer a atividade operacional dos corpos de bombeiros e, consequentemente, a sua capacidade de resposta a emergências. -----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** - MOÇÃO/ SAUDAÇÃO DO DIA INTERNACIONAL DO IDOSO - DIA 1 DE OUTUBRO. -----

---Conhecidas que são as muitas dificuldades económicas da esmagadora maioria dos idosos, atentas as baixas reformas e pensões dos mesmos em contraste com a carestia dos bens alimentares cuja subida supera em mais do dobro da inflação, o que os leva a ter muitas vezes que escolher entre o comprar medicamentos ou os alimentos suficientes para a sua alimentação. -----

---Considerando, também, que é preciso pôr fim às listas de espera não só no acesso à saúde, onde é prioritário investir no SNS, mas igualmente nas dificuldades no acesso aos lares de idosos devido às elevadas mensalidades praticadas a par da entrega de uma dádiva ou caução inicial imposta pelas respetivas instituições. -----

---Assim, a Assembleia Municipal, reunida em 29 de setembro de 2023, -----

- Saúda os reformados, pensionistas e idosos do concelho de Vila Nova de Famalicão neste seu Dia Internacional; -----

- Partilha preocupação pelas suas carências e dificuldades e, solidariamente, recomenda ao Governo central que promova um aumento digno e justo das suas reformas e pensões;

- Defende a criação de um cabaz de bens essenciais com redução e controle de preços, e a concretização da prometida rede pública de equipamentos sociais, bem como a ampliação da oferta de cuidados continuados, e gratuitidade dos medicamentos para idosos; -----

- Preconiza que se reforce o investimento no SNS, assegurando-se o direito constitucional de todos aos serviços públicos de saúde, sem custos para os cidadãos;-----

- Mais delibera esta Assembleia que esta moção ou o seu conteúdo seja remetida ao governo central bem como à comunicação social. -----

---TÂNIA SILVA (CDU) - MOÇÃO SOBRE A HABITAÇÃO - EXIGIR DO GOVERNO MEDIDAS PARA REDUZIR O VALOR DAS RENDAS E DAS PRESTAÇÕES AO BANCO E ASSEGURAR O DIREITO À HABITAÇÃO. -----

---Os problemas da habitação assumem hoje uma dimensão na vida dos trabalhadores, que exige uma posição interventiva da governação, no sentido de colocar em prática as medidas necessárias para que se pare a dinâmica especulativa a que está submetido o mercado habitacional. É imperativo recentrar no Estado, a responsabilidade e os meios para o desenvolvimento de um programa de habitação de promoção pública de habitação assente numa lógica de promoção habitacional a custos controlados. A análise desta realidade, demonstra que será preciso enfrentar os interesses dos fundos imobiliários e a usura do capital financeiro, em particular da Banca, que, para além de especular com os valores das habitações, acumula lucros imensos à sombra do aumento das taxas de juro e das dificuldades de milhares de famílias. Não desvirtuando o apoio que já deveria estar a ser dado às pessoas que se encontram em dificuldades hoje, será necessário ir além dessas respostas mais imediatistas, no sentido de começar a construir as bases que possam garantir uma resposta pública de qualidade, capaz de atuar como um mecanismo de

regulação do sector, através da inserção de oferta habitacional de qualidade, a custos controlados para arrendamento. -----

---Estas medidas não estão no chamado pacote “mais habitação”. Este, tal como anteriores programas do Governo, não assegura nem o forte investimento público nem a regulação de um sector que está hoje capturado pelos grandes interesses que dominam o mercado. Não basta criar ilusões em torno dos milhões do PRR. Praticar a desresponsabilização do Estado através de acordos de colaboração com os municípios, procurando remeter para estes a solução de um problema que precisa de uma resposta coerente e eficaz em todo o território nacional é atirar areia para os olhos dos trabalhadores e do povo. Sem prejuízo do papel que o poder local, e em particular os municípios, são chamados a assumir, a dimensão do problema da Habitação é inseparável da necessidade de o Estado assumir as suas responsabilidades, designadamente na promoção de oferta pública por via de um robusto investimento que se mantém ausente ano após ano.-----

---Assim, a Assembleia Municipal, reunida em 29 de setembro de 2023, delibera:-----

- Reclamar a adoção de medidas que permitam enfrentar o aumento insuportável das prestações com aquisição de habitação própria, impondo a redução do valor das prestações, assegurando que os bancos suportam com os seus lucros o aumento das taxas de juro, a par da implementação de uma moratória que isente de pagamento a parcela de capital; -----

- Exigir do Governo uma intervenção visando a descida do valor das rendas, assegurando desde logo a fixação de um limite ao aumento das rendas de casa (incluindo para os novos contratos que venham a ser celebrados no próximo ano) fixando-o em 0.43% em vez dos cerca de 7% que decorrerão da aplicação automática dos critérios em vigor, bem como, o alargamento da duração mínima e a estabilidade dos contratos; -----

- Exigir do Governo as ações necessárias à concretização da resposta ao levantamento de carências habitacionais inscritas na Estratégia Local de Habitação do município, mobilizando os recursos financeiros correspondentes; -----

- Apelar à participação da população nas ações convocadas para o próximo dia 30 em defesa do direito à Habitação. -----

---**RUI CARVALHO (PS)** - O Partido Socialista traz aqui três votos, dois de congratulação e um voto de louvor. -----

---Começando pelos votos de Congratulação: -----

---**RUI CARVALHO (PS)** - VOTO DE CONGRATULAÇÃO AO RANCHO FOLCLÓRICO DO DIVINO SALVADOR DE DELÃES. -----

---Fundado em 2003, na Quinta de Penalva, Delães. -----

---Mês passado realizou o seu 20º festival, comemorando assim o seu também 20º aniversário. -----

---Apresentamos assim este voto por estes 20 anos de existência ao serviço da cultura famalicense. -----

---**RUI CARVALHO (PS)** - VOTO DE CONGRATULAÇÃO À ATLETA FAMALICENSES, JOANA VANESSA CARVALHO; -----

---O desporto, enquanto catalisador de desenvolvimento humano, desempenha um papel polivalente e multifacetado que se revela em variadas dimensões tais como o desenvolvimento da capacidade de resiliência, da autoestima, de habilidades sociais e da inclusão e diversidade. -----

---Neste sentido, a divulgação e promoção de exemplos de excelência assume-se como uma atividade necessária, mas não única: o reconhecimento público e institucional de atletas de excelência deve ser celebrado. -----

---Joana Vanessa Carvalho, recente campeã nacional dos 5000 metros femininos e vencedora da geral feminina da *Mass Race Budapeste* (prova inserida no campeonato do mundo do atletismo) é um exemplo a seguir, a promover, mas também a reconhecer.----

---Neste quadro, o grupo Municipal do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão felicita a atleta famalicense pelo seu percurso desportivo, agradece a sua dedicação ao atletismo e propõe que a Assembleia Municipal delibere aprovar o presente “Voto de Congratulação”.-----

---RUI CARVALHO (PS) - VOTO DE LOUVOR AO ATLETA GONÇALO MACHADO;-----

---Atleta natural de Riba de Ave, onde começou com 4 anos no Riba d’Ave HC. -----

---Campeão Europeu em 2020, em Barcelona em Sub13. -----

---Vice-campeão da Europa de Sub17.-----

---Campeão Nacional Sub19 pela U. D. Oliveirense 22/23 e é chamado à Seleção Portuguesa de Sub19 no Campeonato da Europa onde se sagra Campeão Europeu.-----

---RICARDO VALE (PS) - VOTO DE PESAR DO PS PELO FALECIMENTO DO SENHOR ERNESTO FERREIRA DA SILVA.-----

---Quando alguém que serve genuinamente a comunidade nos deixa, a tristeza e sensação de perda assume o primeiro impacto e lamentamos a sua partida. -----

---Recordamos, com carinho, a empatia da sua presença e a integridade da sua atuação.-

---Recordamos, com um sorriso porventura egoísta aquelas indeléveis cavaqueiras que nos tocaram e, sem que o detetássemos no momento, nos moldaram. -----

---Assim era Ernesto Ferreira da Silva. -----

---O Senhor Ernesto, o Ernesto de Calendário, tornou-se, por ser como era, um exemplo de ação cívica e atuação política. -----

---Desde a fundação do Agrupamento 291 e dos 47 anos vividos no movimento escutista, passando pelo seu contributo em Calendário, projetando uma visão coletiva na melhoria

da sociedade aquando da sua Presidência na Junta de Freguesia entre 1990 e 2001, a dedicação às gentes de Calendário merece ser celebrada no presente e lembrada no futuro.

---Por tudo isto, o Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão propõe que se aprove o presente «Voto de Pesar» pelo falecimento do Senhor Ernesto Ferreira da Silva.-----

---Adicionalmente, uma vez que o Senhor Ernesto foi membro desta Assembleia Municipal, proponho, Senhor Presidente, que, na eventualidade da aprovação deste voto de pesar se promova um minuto de silêncio.-----

---**JORGE COSTA (PS)** - Ora bem, telegraficamente então: votos de recomendação do Chega. Entendemos que esta matéria foi recentemente regulamentada pelo Decreto-Lei 102-B/2020, de 9 de dezembro, e não se justifica faz-se a esta transformação recente qualquer tipo de regulamento. No entanto, há um valor, uma valia política desta proposta do Chega que é chamar a atenção da Câmara para a fiscalização, mormente através da Polícia Municipal que é uma Polícia de proximidade urbana, e não só urbana, mas também urbana e, portanto, reconhecemos esse valor. Por não entendermos necessária a justificação regulamentação, vamo-nos abster.-----

---Proposta do Chega sobre a atribuição de receitas. Entendemos que é nula, legalmente nula. Esta Câmara não decide a quem é que a Câmara Municipal dá ou não dá dinheiro. E, portanto, é legalmente inviável, mesmo que seja aprovada é inviável. Se ela for mudada para proposta de recomendação, estamos disponíveis para aprovar. Se mantiver com este formato atenta a nulidade subjacente, iremos abster. -----

---Voto da CDU sobre os idosos, a favor. -----

---A moção da CDU sobre habitação, nós não vamos por aí. O nosso coração está à esquerda, mas não intervimos na economia como vocês pretendem, condicionando as rendas, que são áreas, parte delas, dos privados e, portanto, vamos abster. Entendemos

que a CDU pode cantar as loas que entender fazer, mas não com o nosso contributo dessa forma. Nós somos mais liberais, mais moderninhos, diria eu.-----

---Voto de congratulação do PS, necessariamente a favor. -----

---Voto de congratulação ao rancho salvador de Delães, necessariamente a favor. -----

---Ao Gonçalo Machado, necessariamente a favor, e também ao voto de pesar a favor do Ernesto, com quem tive o privilégio de conviver, quer enquanto fui Vereador quer aqui como colega da Assembleia Municipal, e que se defini numa palavra: o Ernesto era um homem simples e bom. -----

---**JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA)** - Senhor Deputado, uma proposta é uma proposta, artigo 25º do Regimento alínea e): (...) apresentar propostas na Assembleia Municipal. Eu sei perfeitamente que estamos perante um órgão fiscalizador e deliberativo, mas de qualquer maneira nada nos impede de apresentar propostas, se elas podem ser aceites ou não pela Câmara porque em outros municípios propostas deste género já foram aceites. Portanto, relativamente à moção da CDU dia internacional do Idoso, naturalmente que vamos votar a favor. -----

---Sobre a habitação, partilhamos de algumas ideias da CDU, mas não na totalidade. Portanto, vamos optar pela abstenção. -----

---E relativamente aos votos de congratulação do PS e de pesar, naturalmente vamos votar a favor. -----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** - Também para anunciar os sentidos votos da bancada do Grupo Municipal do PSD. -----

---Dia internacional do idoso, moção de saudação da CDU, iremos votar favoravelmente.

---Voto de congratulação a Gonçalo Machado, iremos votar favoravelmente. -----

---Voto de congratulação ao Rancho Folclórico do Divino Salvador de Delães, também favoravelmente.-----

---Voto de congratulação do Partido Socialista a Joana Vanessa Carvalho, favoravelmente. -----

---voto de pesar do Partido Socialista, pelo falecimento de Ernesto ferreira da Silva, vamos votar favoravelmente, e permitam-me que aqui também possamos acompanhar esse sentido de pesar e de manifestar à família, aos filhos, à esposa e à família do Partido Socialista a nossa solidariedade da perda de uma pessoa que foi importante para o Partido, importante para esta comunidade, e foi membro exatamente desta casa, como já foi aqui referido pelo Senhor Deputado Jorge Costa. -----

---Quanto à moção da habitação, sobre habitação da CDU, iremos votar contra. De facto, o que aqui está é um conjunto de propostas que respeitamos, mas tal e qual como já nos habituamos, o Partido Comunista quer fazer política social de habitação à custa dos privados. Impedir o aumento das rendas dos proprietários sem ter como contrapartida com o diferencial do aumento, que é limitado à inflação no seu suportado pelo estado, é de facto fazer política à custa dos proprietários. E é por isso que, a disponibilidade de habitação vai reduzindo à medida que nós vamos criando entropias e dificuldades aos proprietários que perdem, naturalmente, apetência. -----

---Quanto ao voto de recomendação do Chega sobre a elaboração, com a maior celeridade possível, do regulamento municipal sobre a circulação de Trotinetas, também já aqui foi explicado pelo Senhor Deputado Jorge Costa, em boa medida, aquilo que é o nosso sentido de voto, razões pelas quais não iremos acompanhar. Na verdade, só as trotinetas partilhadas nos municípios em que elas existam, é que obriga a elaboração de regulamentação municipal. No caso de não haver, como não há, e o município não pretende que haja trotinetas partilhadas, aplica-se, como já aqui foi referido, a legislação nacional, com a fiscalização das polícias que o tem de o fazer. E, portanto, nós não vamos aprovar algo que nós não queremos que seja, que aconteça no nosso município. E, no caso

concreto, não havendo trotinetas partilhadas não há necessariamente nem pode haver Regulamento Municipal. -----

---Quanto à proposta de atribuição de receitas do parque de estacionamento do antigo parque da feira, nós também vamos votar contra por duas ordens de razões: -----

---A primeira, também como aqui já foi referido, é absolutamente proibido, nos termos da Lei das Finanças Locais, qualquer consignação de receita, salvo casos excecionais. Obviamente que há consignação de receita dos Fundos Comunitários para os investimentos adequados; há consignação de receita de empréstimos bancários para determinados fins, nomeadamente da habitação, mas toda a outra receita não pode ser consignada. E realizar qualquer mecanismo de contornar este aspeto de facto seria uma fraude à própria lei. -----

---Mas há uma segunda razão que nos leva a dizer também por que é que votamos contra. Porque este voto lido da forma como ele foi redigido, e eu vou passar a ler, diz: “(...) as Corporações de Bombeiros têm sido sistematicamente desvalorizadas pelo poder político...”. É verdade, mas não é pela Câmara Municipal. Não é pela Câmara Municipal! E aqui o poder político, dito desta forma, tanto pode ser o Governo, como a Administração Central, como a Câmara Municipal, e no limite até poderia ser uma Junta de Freguesia se tivesse tutela que não tem. Na verdade, e não é absolutamente inegável, que o atual executivo ou que a Câmara Municipal, ou que as Câmaras Municipais dos diferentes executivos que passaram por este município tem apoiado de uma forma muito significativa às nossas Corporações de Bombeiros. Eu vou só recordar dois ou três números. Cada Corporação de Bombeiros recebe anualmente, cada uma das três recebe 90.000,00€ por ano. O Núcleo de Ribeirão da Cruz Vermelha recebe 42.000,00€, se os dados não estão... acho que não estou errado naqueles dados que estou a dar. Repare bem, as equipas de intervenção permanente custaram, não é custaram, custam 200.000,00€/ano. Mas diz-me assim: tudo isso é suficiente? E eu vou responder: não, não

é suficiente. Mas há aqui uma responsabilidade do poder político que esse não pode ser atribuído ao poder autárquico, terá de ser atribuído ao poder nacional. Sim! De facto, há aqui uma descapitalização, se esta expressão me é permitida, por exemplo, o transporte não urgente: o valor que é pago ao quilómetro dos transportes onde a gente está (*não se consegue perceber*) absolutamente desadequando das necessidades, como nós sabemos. E há de facto aqui um défice por parte das Corporações de Bombeiros. É que as nossas três Corporações de Bombeiros não são alheias. E há também aqui uma injustiça para com as nossas Corporações de Bombeiros, e ela não resulta, novamente da atividade, nem da conduta, nem das opções do executivo municipal. É que as nossas Corporações de Bombeiros, por exemplo, não têm nenhum financiamento para aquisição de viaturas do combate aos incêndios. E não têm porque está considerado como não sendo uma zona eminentemente risco de incêndio. E como não é considerado uma zona de risco eminente, automaticamente fica de fora. É evidente que este critério, não foi estabelecido por causa de Famalicão, é um critério nacional, mas no caso concreto no nosso município resulta daqui uma desvantagem relativamente a outros municípios. Mas a verdade voltamos sempre ao mesmo, o principal argumento é este. Nós não vamos, o Grupo Municipal do PSD não aprova algo que a lei obviamente não permite. -----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** – Dizer relativamente aos votos apresentados pelo partido Chega sobre as trotinetes, como já dissemos antes aqui na discussão do regulamento do aluguer das trotinetes carecem de enquadramento legal nacional, não é propriamente da competência da Câmara e, portanto, neste voto votaremos contra.-----

---Relativamente à proposta da atribuição de receitas do parque de estacionamento, como também já é conhecida a nossa posição, nós somos contra que se pague... que se faça esta taxa do parque e, portanto, não damos essa luta por terminada e não colaboramos para suavizar a questão, por muitos nobres e importantes que sejam os Bombeiros. E, portanto, votaremos pela abstenção. -----

---Relativamente áquilo que o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira disse, só lhe dizer que a possibilidade de habitação vai de encontro ao aumento da especulação imobiliária e à estagnação dos baixos salários. E, é por isso, que cada vez mais jovens voltaram para casa dos seus pais e outros estão a viver em tendas. -----

---**JORGE COSTA (PS)** - Eu não vou entrar em polémicas estéreis, mas o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira não pode vir aqui dizer que o governo trata mal as nossas corporações de Bombeiros, entende? Porque... é, nem chama nomes, nem trata mal, porque trata-as iguais a que trata as outras corporações dos concelhos todos. E não vale a pena embarcar em teorias ou em arco porque esta é a realidade. E, portanto, trata com os meios possíveis no país, com aquilo que há, gerindo um orçamento público, que com a possibilidade que tem, e, em termos de Proteção Civil, o governo tem investido muito em Famalicão, ou andam esquecidos? -----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** - Eu julgo não ter usado a expressão “tratar mal”, mas porventura das minhas declarações se usei essa expressão ela é indevida. Eu retiro-a! Eu retiro-a. Em nome da elevação do debate que se impõe sempre numa casa como esta aqui em que nos encontramos -----

---Sem embargos, Senhor Deputado, deixe-me dizer-lhe o seguinte: as críticas vêm de todo o lado, de todas as corporações de Bombeiros relativamente àquilo que são os critérios de financiamento determinados pelo governo. De todas! De todas as corporações e de todas as entidades representativas dos Bombeiros. Da Liga, a começar logo pela Liga dos Bombeiros. -----

---Em segundo lugar, há de convir que eu disse que os critérios que estavam definidos a nível nacional. Obviamente que não havia uma discriminação em concreto em Vila Nova de Famalicão. Que isso resultava... que essa discriminação resultava dos critérios a nível nacional. Obviamente, isso pressupõe que esta desvantagem de Famalicão relativamente

a outras corporações não há-de ser apenas Famalicão, há-de ser muitos outros municípios do país. É evidente. -----

---**JORGE COSTA (PS)** - Em Portugal não é diferente da Grécia, da Espanha, da França, dos outros países todos. Os recursos são poucos e têm que ser geridos em economia. Os de Famalicão não são tratados de forma diferente do resto do país. Todas as instituições se queixam porque o dinheiro é pouco. Simples! E Vs. Exas. estiveram vários anos no governo com maioria absoluta PSD/CDS e mudaram zero nesse aspeto. Portanto, a vossa moral para vir aqui e agora dizer que afinal havia outra, não é outra. Isso é um facto Vereador Ricardo Mendes... não se ria, porque se o governo tirar o helicóptero de Bairro e os operadores nacionais, aquilo não funciona. Aquilo não funciona. E, portanto, aquilo passará a ser um campo vazio se o governo deixar de garantir a operacionalidade. -----

---O Senhor sabe que eu tive a oportunidade de falar com José Luís Carneiro, ou mão sabe? Então pronto! Não diga asneiras, ó Senhor. -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO** - Senhor Deputado, peço desculpa. Peço desculpa. Não se importa? Um bocadinho de elevação e de educação na Assembleia Municipal se não se importa, que isto não é uma taberna. Desculpe, Senhor Deputado, estou no uso da palavra, isto não é uma taberna e, portanto, o Senhor Deputado... Senhor Deputado, não levante a voz. Senhor Deputado, não interpele diretamente a Mesa. Se tem algum problema usa do Regimento, vai àquele púlpito pergunta o que tem que perguntar e decidimos o que temos a decidir. Senhor Deputado, desculpe, mas tem mínimo, há mínimos de relacionamento numa Assembleia Municipal. Peço desculpa! Chama-se a isso institucionalismo. Pronto, dito isto... agora não quero nada porque está o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira no uso da palavra. Senhor Deputado, se não se importa aguarda em silencio. Está bem? -----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** - A primeira nota no encerramento quase deste debate sobre Proteção Civil é de que de facto não houve aqui nenhuma contestação ao

apoio que a Câmara Municipal tem vindo a dar às nossas Corporações de Bombeiros e aos Núcleos da Cruz Vermelha.-----

---De facto, em todas as intervenções que aqui ouvi, a não ser que ainda o Deputado João Pedro me venha desmentir e ter uma posição diferente, eu diria que há aqui uma grande unanimidade, e eu apraz-me registar essa grande unanimidade e esse consenso em torno desse apoio do município.-----

---Quanto ao apoio do governo, Senhor Deputado Jorge Costa, eu sei que não tem tempo e, portanto, não me vai poder responder nesta altura. Mas dizer-lhe o seguinte: são de facto os Bombeiros, as suas associações, as suas corporações, as suas federações distritais, a sua associação representativa nacional que é a Liga Portuguesa dos Bombeiros, que tece duras críticas ao governo pelos critérios que estabelece e da qual resultam injustiças inexplicáveis. Não sou eu que o digo. Não sou eu que o digo!-----

---Curiosamente, quando o governo teve a liderança do PSD/CDS-PP, com Miguel Macedo, o que nós ouvimos foi elogios. Não me vai dizer que agora todas as Corporações de Bombeiros, a Federação e a Liga eram presididos por militantes ou filiados nalgum desses dois partidos porque não sabia seguramente. -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO** - O Senhor Deputado Jorge Costa quer fazer uma interpelação á Mesa nos termos regimentais. -----

---**JORGE COSTA (PS)** - Senhor Presidente, muito rápido. Eu volto-lhe a dizer: isto às vezes parece uma taberna. V. Exa. não viu o Senhor Vereador a dirigir-se a mim uma vez atrás de outra. Eu a intervir, ele a interpelar-me. Eu fui para o lugar e ele continuou a interpelar-me. V. Exa. ouve mal?-----

---**RICARDO MENDES (VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL)** - Peço desculpa!-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -
Senhor Vereador, se não se importa, Senhor Vereador! Muito obrigado! O Senhor Vereador não pode usar da palavra a menos que seja autorizado pelo Senhor Presidente de Câmara. -----

---Quanto ao Senhor Deputado, o que eu quero-lhe dizer é que o Senhor Vereador foi por mim interpelado e o Senhor Vereador pediu desculpa pelo comportamento e pediu desculpa à Mesa. Portanto, se alguém que não ouve talvez não seja eu. -----

---Muito obrigado, não tem que pedir desculpas. -----

---Senhores Deputados, vamos votar. -----

---Voto de Recomendação do Chega ao órgão executivo na elaboração de um Regulamento Municipal sobre as Trotinetes. -----

---**POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE RECOMENDAÇÃO DO CHEGA AO ÓRGÃO EXECUTIVO NA ELABORAÇÃO DE UM REGULAMENTO MUNICIPAL SOBRE AS TROTINETE, FOI O MESMA REJEITADO, COM TRINTA E CINCO VOTOS CONTRA, UM VOTO A FAVOR E DEZASSEIS ABSTENÇÕES.** -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -
O segundo voto também é do Chega. -----

---**POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DO CHEGA DE ATRIBUIÇÃO DE RECEITAS DO PARQUE ESTACIONAMENTO “ANTIGO CAMPO DA FEIRA”, FOI A MESMA REJEITADA, COM OS VOTOS CONTRA DO PSD, DO PS, DO CDS/PP E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, COM A ABSTENÇÃO DA CDU E O VOTO A FAVOR DO CHEGA.** -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -
A Moção de saudação relacionada com o dia internacional do idoso - dia 1 de outubro
apresentado pela CDU.

**---POSTA À VOTAÇÃO A MOÇÃO DE SAUDAÇÃO RELACIONADA COM O DIA
INTERNACIONAL DO IDOSO - DIA 1 DE OUTUBRO APRESENTADA PELA
CDU, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.**-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -
Moção sobre a habitação da CDU. -----

**---POSTA À VOTAÇÃO A MOÇÃO SOBRE A HABITAÇÃO DA CDU- EXIGIR DO
GOVERNO MEDIDAS PARA REDUZIR O VALOR DAS RENDAS E DAS
PRESTAÇÕES AO BANCO E ASSEGURAR O DIREITO À HABITAÇÃO, FOI A
MESMA REJEITADA, COM OS VOTOS CONTRA DO PSD, DO CDS/PP E DOS
SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, COM A
ABSTENÇÃO DO PS E DO CHEGA, COM O VOTO A FAVOR DA CDU.**-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -
Voto de congratulação do PS relacionado com o desporto.-----

**---POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE CONGRATULAÇÃO À ATLETA
FAMALICENSE, JOANA VANESSA CARVALHO, APRESENTADO PELO PS, FOI
O MESMO APROVADO POR UNANIMIDADE.**-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -
Voto de Congratulação relacionado com o Rancho Folclórico do Divino salvador de
Delães. -----

---**POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE CONGRATULAÇÃO RELACIONADO COM O
RANCHO FOLCLÓRICO DO DIVINO SALVADOR DE DELÃES APRESENTADO
PELO PS, FOI O MESMO APROVADO POR UNANIMIDADE.** -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -
Voto de louvor ao atleta Gonçalo Machado. -----

---**POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE LOUVOR AO ATLETA GONÇALO
MACHADO APRESENTADO PELO PS, FOI O MESMO APROVADO POR
UNANIMIDADE.** -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -
Voto de Pesar apresentado pelo PS relacionado com o Senhor Ernesto Ferreira da Silva.

---**POSTO À VOTAÇÃO O VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO SENHOR
ERNESTO FERREIRA DA SILVA, FOI O MESMO APROVADO POR
UNANIMIDADE.** -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -
Vamos votar agora as atas, antes de aguardarmos um minuto de silêncio devido. -----

---Vamos votar a ata do dia 16 de dezembro de 2022.-----

---**POSTA À VOTAÇÃO A ATA DO DIA DEZASSEIS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.**-----

---Vamos votar as atas dos dias 19 e 20 de dezembro de 2022.-----

---**POSTA À VOTAÇÃO AS ATAS DOS DIAS DEZANOVE E VINTE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E VINTE E DOIS, FORAM AS MESMAS APROVADAS POR UNANIMIDADE.**-----

---E finalmente a ata do dia 24 de fevereiro de 2023.-----

---**POSTA À VOTAÇÃO A ATA DO DIA VINTE E QUATRO DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE.**-----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -**
Vamos então aguardar um minuto de silêncio.-----

---Terminado o período de Antes da Ordem do Dia, passou-se de imediato ao período da:

-----**ORDEM DO DIA**-----

---**PRIMEIRO PONTO -** INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA.-----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS -** De uma forma breve, pelo menos é essa a minha intenção, falar acerca de três matérias, que

penso que são muito relevantes e que ocorreram este mês, mês de setembro do corrente ano.-----

---Começar pela Feira de Artesanato, como é sabido foi uma feira que foi desenvolvida com um novo *layout*, um novo formato que sob o ponto de vista do balanço e daquilo que fomos observando e depois da avaliação que foi desenvolvida no final, o resultado foi muito positivo, aliás, muito aplaudido, penso eu por todos, nomeadamente por aqueles que tiveram a possibilidade e a oportunidade de participar nesta feira.-----

---Conseguimos incrementar em cerca de 30% o número de stands, com este novo *layout*, que a cidade renovada nos permite desenvolver, e com a anterior não era possível, com um cartaz obviamente também melhorado conseguimos atingir cerca de 120 mil visitantes a esta nossa Feira de Artesanato e Gastronomia que ocorreu no início deste ano. -----

---Depois, como é sabido, também no dia de ontem, tivemos o dia do concelho, são 188 anos que perfizeram no dia de ontem, ou que se atingiu no dia de ontem, já quase dois séculos ou a chegar a eles, e no âmbito deste dia do concelho inaugurámos e entregamos por via disso a Biblioteca renovada, ampliada, melhorada.-----

---Aproveito para convidar a todos para a visitar porque é um equipamento de excelência que vale a pena visitar. Aliás, foi referido pela Diretora Nacional das Bibliotecas que se trata claramente inequivocamente de umas das melhores Bibliotecas de Portugal, portanto, do nosso país. Enfatizou este facto e, portanto, com certeza que nos deixa a todos muito orgulhosos pelo facto de termos tido a capacidade de desenvolver a obra necessária por forma a que conseguíssemos um equipamento daquela natureza. E, como é sabido, um investimento exclusivamente municipal foi cerca de 2,6 milhões de euros que nós tivemos que investir, não gastar, investir por forma a que conseguíssemos o equipamento daquela natureza. -----

---Por último, falar-vos sobre a abertura do ano letivo, como é sabido, é sempre uma época muito importante para as famílias famalicenses. Felizmente também é em Famalicão, já

no ano transato e neste ano letivo que agora se iniciou, tivemos um aumento nos dois anos de onze turmas do jardim-de-infância e quatro turmas nas escolas básicas, que é um bom sinal deste incremento de crianças que estamos a ter no nosso concelho ao contrário, como é sabido também, de, e infelizmente, de muitos outros concelhos. -----

---Eu tive a oportunidade de acompanhar de perto, até porque visitei algumas escolas de vários níveis de ensino por forma a perceber no local a tranquilidade que existiu nesta abertura do ano letivo, à semelhança do que tem sucedido, aliás, em anos anteriores. Obviamente que isto é fruto de muito trabalho dos serviços, nomeadamente de educação, de transportes e outros, bem como, obviamente, das direções dos agrupamentos e das coordenadoras e coordenadores das várias escolas que, de uma forma muito sintonizada como estamos, faz com que esta tranquilidade seja uma realidade em Famalicão. -----

---Dizer-vos, para além destas notas, quanto ao número de salas que abriram que alocamos mais 23 assistentes operacionais, a somar àqueles que tínhamos já acrescentado no ano transato e, atualmente, temos mais 140 assistentes operacionais nas nossas escolas a mais, acerca daquilo que é o rácio nacional. Ou seja, temos cerca de mais de 30% de recursos humanos acima do rácio nacional, o que corresponde a um investimento da Câmara Municipal de 2 milhões de euros. portanto, sem qualquer patrocínio por parte do estado português. -----

---É sabido também que... foi publicamente referido também um aumento do custo das refeições em cerca de 20%. 20% estes que correspondem a cerca de 700 mil euros e que a Câmara Municipal também vai assumir, para não fazer repercutir este valor nas famílias famalicenses, atendendo, obviamente, a um estado de crise iminente que se avizinha. Aliás, a retração económica já é uma evidência e, portanto, estes 700 mil euros a somar aos 2 milhões de euros que referi há pouco, são absorvidos no orçamento municipal por forma a aliviar também as famílias famalicenses. -----

---Os transportes, que também é sempre uma dificuldade grande, aconteceram e foram implementados de forma normal e, portanto, esta tranquilidade é muito importante enfatizar, porque nós quando vemos os meios de comunicação social, o que vemos não é propriamente isto e, portanto, quero enfatizar esta realidade em Famalicão. -----

---Para além disso, obviamente que também fizemos sobressair os investimentos em obras que temos desenvolvido. Hoje mesmo foi inaugurada a escola básica da União de Freguesias de Avidos e Lagoa. É mais um investimento de 1 milhão de euros sem qualquer patrocínio do estado ou de fundos comunitários. Portanto, é mais uma grande melhoria para o nosso parque escolar, a somar às dezenas de obras que nas férias fomos fazendo e a outras que, entretanto, começaram com alguma envergadura como é o caso de S. Miguel-o-Anjo, em Calendário, ou na escola EB 2,3 D. Maria II que também iniciamos uma obra com alguma envergadura. -----

---Também de assinalar que na escola EB 2,3 de Ribeirão também já estão a ser utilizadas uma parte significativa do complexo escolar daquela escola básica, nomeadamente as salas de aulas. E, portanto, os alunos estão já a usar este magnífico complexo escolar. ---

---Não esquecendo, e fizemos sobressair a importância do ensino profissional, é muito importante fazermos sobressair. Dar aqui uma nota bem a negrito por forma a que este ensino não seja considerado de segunda, pelo contrário, é claramente uma boa opção. Foi isso que quisemos aqui reforçar a sua importância, não só para o tecido produtivo do nosso concelho, mas também em termos de atividade profissional, como é sabido, são cada vez melhores remunerados. E, portanto, nós quisemos, e eu próprio tive a oportunidade de estar junto das escolas profissionais por forma a que esta relevância fosse notada. Claro que também aproveitei a oportunidade de fazer chegar ao estado, ao governo, a nossa necessidade de termos mais competências na área da formação profissional por forma a que a que nós possamos atender às necessidades de formação que um tecido produtivo, como é Famalicão, seja atendido por forma a que nós possamos

continuar a crescer, e nós só vamos crescer se tivermos, obviamente, recursos humanos devidamente habilitados por forma a que possam ser alcançados.-----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** - Percebemos que a agenda do Senhor Presidente esteve bastante preenchida no decorrer destes últimos meses, mas continua a existir matérias de verdadeira preocupação e que merecem aqui a nossa intervenção. -----

---É que de facto as férias e as festas, aparentemente distraem a povo, mas não respondem aos muitos problemas da população do nosso concelho. -----

---Começaríamos então pelo anúncio do Ministro das Infraestruturas e Habitação, Pedro Nuno Santos. Que em maio, na Assembleia da República, anunciou uma nova ponte sobre o rio Ave, que ligará os concelhos de Vila Nova de Famalicão e Trofa, avançando que a sua conclusão será no início de 2025. -----

---Ora, são reconhecidos os problemas de mobilidade entre estes concelhos, a saturação e a falta de condições das vias rodoviárias necessárias. Tratam-se de concelhos densamente povoados e com atividades económicas de grande dimensão. Prova disso, é o congestionamento e o tráfego diário da Ponte da Lagoncinha que pela sua localização, serve de alternativa diária, tanto a veículos ligeiros como pesados de mercadorias e de transporte, pois esta permite a ligação entre os municípios de Vila Nova de Famalicão, Trofa e Santo Tirso, sendo ainda um acesso ao nó da A3. E por isso, começaríamos por questionar ao Senhor Presidente, “Será que é desta?”, “Em que ponto de situação está este anúncio?”, “E se este anúncio significa o abandono do projeto da variante Poente?”, “O município desistiu de reivindicar junto do governo este projeto?”.-----

---Pedíamos ainda um esclarecimento sobre o enigma com o Processo do EcoParque. Um processo que já por duas vezes esteve para discussão na agenda de reunião do executivo, e por duas vezes foi retirado. -----

---Um processo que, pelo que sabemos, tem no projeto o antigo Presidente desta Camara, e parece que a sua discussão causa algum desconforto a este executivo. -----

---E por isso questionamos, como pode um Projeto com a denominação de EcoParque constituir mais um desbaste de árvores no nosso concelho? Aliás, como pode o promotor deste Projeto adiantar-se a qualquer intervenção, quando o mesmo se encontra ou deveria encontrar em discussão. Por isso, reforçamos as nossas questões o Senhor Presidente - “Qual o ponto de situação deste projeto?”, “Se teve este município alguma comunicação com o seu promotor?”, “E qual será a postura deste município relativamente a esta inexplicável ação?”. -----

---Terminaria por questionar o Senhor Presidente se já estão a ser tomadas medidas para a limpeza das sargetas e valetas do nosso concelho? Lembrar que para a época das chuvas a distância temporal não é muita, e por isso, toda a prevenção parece-nos de extrema importância a esta altura, para que se evite acontecimentos de inundações ao exemplo dos anos anteriores. -----

---**JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA)** - Espero que fique em ata e em letras bem gordas que a Assembleia Municipal não aprovou o apoio aos Bombeiros. -----

---Houve o período de férias, o período merecido de descanso de todos e agora temos que enfrentar os desafios no novo ano. Algumas das férias, como sabemos, até foram bem documentadas ao estilo de “Diários das Minhas Viagens”, de Angelina Jolie. -----

---Infelizmente uma grande parte dos portugueses não conseguiram pôr o pé na areia, dado o preço da gasolina, das rendas, das prestações bancárias, dos compromissos com os filhos e com a escola, das creches e agora discriminados nas creches que recusam as nossas crianças.-----

---Acalmia na discussão política durante este período de férias não nos tirou o foco dos problemas do nosso município que subsistem, e nalguns casos, se agonizam. -----

---Senhor Presidente de Câmara, o ano escolar começa titubeante. O protesto justificado dos professores continua. Há muitos alunos sem professores. As instâncias nunca mais regressam ao nosso tribunal. As obras da PSP nunca mais começam. O reforço da GNR

nunca mais vem. O nosso Hospital está um caos. Os centros de Saúde abarrotar de utentes. Só para vos dar uma ideia destes números, o Centro de Saúde de Famalicão, ali ao lado da Estação, tem mais de 50 mil utentes. Só um médico tem mais de 2 mil doentes. Portanto, dir-me-á que tudo isto não é competência da autarquia, que é o Estado Central, que a Câmara e que este executivo nada pode fazer. E depois ouvimos, de forma amiúde, declarações do tipo: “(...) terceiro concelho mais exportador.”; “segundo mais contribuinte para a balança comercial.”-----

---Senhor Presidente, nós convergimos muitas vezes, mas também divergimos. Deixe-me dizer-lhe o significado da palavra autarkheia grega, que dá origem à palavra autarquia que significa comandar a si mesmo. E parece que naquilo que é essencial para os nossos municípios, nada é possível. Lembro, por exemplo, que em tempos falamos que era preciso falar com as concessionárias das autoestradas, de forma a reduzir o preço proibitivo das portagens. Toda a gente disse que o Chega era um louco. No Algarve, na A22, conseguiram isso. Reduziram em 30% o preço das portagens. Portanto, o nosso concelho não é só Mabor Continental, nem só Leica, nem só Primor. Há 12 mil empresas, PME - Pequenas e Médias Empresas - que precisam destas ajudas.-----

---E as festas? Bom, o sucesso das festas não pode disfarçar aquilo que nós não faríamos. Por exemplo, damos o exemplo muito simples da Feira de Gastronomia e do Artesanato: 120 mil visitantes. O que custa cobrar a cada um, de forma a amenizar as despesas, um euro? Eu lembro que os portugueses em média gastam 450 euros por ano em raspadinhas. Portanto, o que custava cobrar um euro para amenizar todas estas despesas e canalizá-las para aquilo que realmente é necessário.-----

---Senhor Presidente, eu tenho sempre uma imagem... eu já lhe disse, já tive a amabilidade de lhe dizer em ocasiões anteriores, com alguma pretensão: afaste-se destas políticas socialistas. E tenho sempre em mente uma imagem, um *cartoon* que é muito feliz, que é dois mendigos debaixo da ponte a comer uma lata de feijão e a dizer: temos

que votar nos mesmos, não nos podemos dar ao luxo de perdermos aquilo que temos. Portanto, o que lhe quero perguntar neste momento é: que soluções tem o nosso município para a saúde, que continua um caos? Para o Ensino? E para a segurança? -----

---Nós, Chega, temos que ser fiéis aos nossos princípios e andar sempre lado-a-lado com o conceito de prioridades daquilo que verdadeiramente importa aos famalicensenses. Não basta que as festas sejam um sucesso. Na época de verão, é preciso resolver os problemas mais prementes do nosso município. -----

---**JORGE COSTA (PS)** - Já aqui foi perguntado pela CDU, mas eu pergunto: ó Senhor Presidente, foi ou não foi a Lisboa na companhia de um Vice-presidente do PSD e de um empresário famalicense? O Senhor sabe que eu sei muitas coisas. Mas, não importa o que eu sei. A pergunta deve ser formulada aqui na frente dos famalicensenses. Foi ou não foi? -----

---O Senhor apresentou queixa na ER (Entidade Reguladora) contra um jornal que teve a ousadia de ser livre. Esse jornal fez uma iniciativa de *crowdfunding* ajudar a suportar os custos associados, e eu sou uma das pessoas que vou contribuir ajudar esse jornal. Faço aqui um apelo a todos os famalicensenses, aqueles que puderem, se derem um euro, se derem meio euro, se derem o que quiserem, mas que ajudem a Imprensa Livre. -----

---Queria-lhe perguntar outra coisa, Senhor Presidente, a aqui estico à Coligação dos Partidos que o sustenta. O CDS e o PSD estão de acordo com o que se passou em Cabeçudos ou não? Porque eu vejo-os tão calados. Não acham importante dizer aos famalicensenses qual é a posição destes dois partidos, que sustentam esta velha maioria, a propósito do que se passou em Cabeçudos? Estão calados, porquê? Muito bem. Estou á espera de os ouvir com todo o interesse. -----

---Bom, Senhor Presidente, vai continuar com esta estratégia de comunicação como aquilo que se passou em Bairro? Como aquilo que se passou na saúde? Eu vi um jornal... o título do jornal: “Transferência de Competências na Saúde - um saldo negativo de 9

milhões de euros”. A seguir, dei-me ao trabalho de ver o auto, está aqui na reunião de Câmara de V. Exa., milhões. E, depois, também fui reparar que aquilo que de milhões que o município transferiu para Famalicão vão acrescer sempre os custos que continuam a ser suportados pelo Ministério da Saúde relativo a médicos, a enfermeiros, a assistentes técnicos, saúde pública, custos com consumíveis e equipamentos médicos, e o Senhor manda pôr um título destes? Mas na habitação é igual, isto está a ser um caos. O Senhor tem obrigação de falar verdade aos famalicenses. Se há dinheiro da Europa, se há dinheiro do governo, o Senhor tem obrigação. Tem de se deixar destes títulos falaciosos e de marketing e falar com verdade! Já chega disto porque senão um dia destes vai acontecer como o Pedro e o lobo. Olha o lobo! Olha o lobo! Assim e tal. O Senhor diz uma coisa e ninguém pode acreditar porque os documentos desmentem o Senhor Presidente. -----

---Faço-lhe aqui um público apelo, pelo que de uma vez por todas comece a falar com verdade aos famalicenses. Onde houver dinheiro do governo não diga: a Câmara fez, diga: a Câmara associada ao governo e aos Fundos Europeus e com colaboração de todos trabalhou e faz. Não minta mais, Senhor Presidente. É uma mentira política aquilo que o Senhor está a fazer, que o seu Gabinete de Marketing está a fazer. -----

---**JOÃO NASCIMENTO (CDS)** - Em primeiro lugar, Senhor Presidente, e pego já nesta achega do Senhor Deputado Jorge Costa, e eu penso que é importante que realmente o Senhor Presidente esclareça sobre esta questão da Proteção Civil. O Senhor Deputado da Nação, Eduardo Oliveira, visitou o Campus da Proteção Civil na companhia do Senhor Vice-presidente e fez disso uma notícia publicando um artigo dizendo que este é mais um investimento público e estratégico do governo que demonstra que Vila Nova de Famalicão não está nem vai estar esquecido. Senhor Presidente, nesta em particular, eu penso que é importante realçarmos os números aqui. E, portanto, pedimos-lhe para que seja esclarecida esta Assembleia, qual foi o valor do investimento, que parte do

investimento é que foi suportado pelo município e que parte do investimento foi suportado pelo governo. -----

---No que diz respeito à questão do Eco Parque. Depois de várias notícias terem surgido nos últimos tempos, assim como várias comunicações, nomeadamente do Partido Socialista e dos seus representantes, ouvir dali do partido Socialista, eu confesso que pensei imediatamente que estariam a falar do caso Freeport. Pensei mesmo. Mas, depois, refleti e pensei, não, o Partido Socialista não fala disto. Foi um silêncio avassalador ao longo dos anos e, portanto, não seria após esses anos todos que iam abrir outra vez a caixa de Pandora. E, portanto, inferi que deviam estar a falar de outra coisa. E, realmente, estavam a falar do Eco Parque, em Vila Nova de Famalicão. E não deixa de ser curioso, ainda para mais agora, depois desta intervenção do Senhor Deputado Jorge Costa, que uma das principais pretensões do Partido Socialista, neste particular, é saber a posição do CDS. Cá estamos, Senhor Deputado. Cá estamos. Eu confesso que fiquei radiante porque quem ouve os membros do Partido Socialista e do Senhor Deputado Jorge Costa, principalmente, deslocar-se a este púlpito constantemente em Assembleias municipais anteriores dizendo que o CDS morreu, que já ninguém precisa do CDS, que o CDS já não existe, que foram pôr flores à campa do CDS inclusive, de um momento para o outro é importantíssimo saber a opinião do CDS. Eu faço a vénia ao Senhor Deputado e ao Partido Socialista porque finalmente dão a mão á palmatória, devagarinho, mas lá chegaram. E, portanto, a minha vénia. -----

---Como já tive oportunidade de dizer aqui neste púlpito, por mais do que uma vez, nós, ao contrário se calhar do que gostaríamos, nós não nos escondemos, Senhor Deputado, nós damos a cara e voltaremos a fazê-lo neste particular. E temos por isso também algumas questões a colocar: -----

---Ponto número um, e para que fique claro: o CDS não é contra a instalação de um EcoParque, em Vila Nova de Famalicão. O CDS não é contra a instalação de um

EcoParque, em Vila Nova de Famalicão, ou vários. Aliás, o CDS também gostaria de saber se há aqui partidos políticos ou se há aqui representantes dos partidos, Senhoras e Senhores Deputados, que são contra a instalação de um EcoParque, em Vila Nova de Famalicão. É, em modesta opinião, inequívoco, é uma infraestrutura que promove o desenvolvimento no concelho - louvamos até a iniciativa de promotores, investidores, sejam eles quem forem. E, portanto, esta posição que fique clara. Porém, Senhores Deputados - e esta é a verdadeira posição do CDS - não vale tudo. Não vale tudo! E com este não vale tudo, o CDS quer dizer o seguinte: a pretensão visa a instalação de um EcoParque em terreno qualificado como espaço agrícola, integrado numa unidade operacional de planeamento e gestão - 4.9 do PDM - seja a área adjacente aos nós das autoestradas A3 e A7. -----

---Ora, analisando as qualificações do solo, nomeadamente a nível de ordenamento e de condicionante, estamos certos que os técnicos da autarquia, e de outras entidades, terão mais do que condições para concluir sobre a viabilidade desta pretensão. Sucede que, a intervenção do promotor no terreno tenha sido, por que motivo for, por descuido, por desconhecimento, por outro motivo qualquer, provocou ali um abate indiscriminado de espécies existentes e levou à destruição daqueles ecossistemas. É um facto. E isto não pode deixar de ser um paradoxo, no sentido que se destroem ecossistemas existentes para se propor a valorização de um parque verde e da linha de água, e até contribuir para a naturalidade carbónica. E isto contraria o vertido no regulamento do PDM, relativamente ao UOPG 4.9, onde se lê: (...) devem ser adotados processos e tecnologias ambientalmente sustentáveis nas ações de ocupação, uso e transformação do solo, com vista à salvaguarda e recuperação do equilíbrio ecológico e dos valores naturais e existentes.”. E aqui entra um novo ponto na discussão, de uma forma manifestamente indignada, o Partido Socialista de Vila Nova de Famalicão lançou um texto, que mais tarde se torna notícia, em que acusa a Câmara Municipal de negligenciar o papel

fiscalizador do município. E isto é, perdoem-me ser tão direto, uma mentira descarada, Senhor Deputado, é uma mentira descarada. E eu vou-lhe dizer porquê. Esta notícia do Partido Socialista, este texto do partido Socialista tem data de 8 de setembro; às 20h19 minutos. Sucede que no dia 7, após diligência ordenada pelo Senhor Vereador do Ambiente, Dr. Hélder Pereira, foi efetuada uma ação de fiscalização no terreno que resultou de uma informação no dia 8 e no encaminhamento para o ICNF no dia 14 por despacho do mesmo Vereador do Ambiente. Melhor do que isto tudo, é que os Vereadores do Partido Socialista tiveram acesso a esta informação. Tiveram acesso a esta informação. E, portanto, quando dizem eu o município falhou, não estão a ser sérios. Portanto, não é verdade que a Câmara Municipal tenha descorado a fiscalização, tampouco tenha a responsabilidade no sucedido. Como é hábito, o Partido Socialista volta a falar de cor e a enganar os famalicenses. E, por isso, não aceitamos nem aceitaremos putativas lições de moral de quem não as tem. -----

---Mas por que todo este processo provoca dúvidas, e por que o CDS também tem dúvidas, mas não lavra sentenças sem julgamento, aguardaremos o emanar das conclusões pelas entidades competentes. Sempre sabendo que nestes termos, nestas condições - no entendimento do CDS - a proposta não poderá avançar. E para que não restem dúvidas, esta posição aqui assumida pelo CDS é transversal à representação do Partido nos órgãos autárquicos concelhios, distritais e nacionais. E, portanto, assim gostaríamos de saber também qual a postura da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão relativamente a este assunto. -----

---**LUÍS MIRANDA (PS)** - Senhor Presidente de Câmara, tinha duas questões, duas singelas questões para lhe colocar. A primeira, ainda propriamente antes de falar da questão, era de lhe dirigir os parabéns pela obra conseguida da requalificação da Biblioteca Municipal Camilo Castelo Branco. Também dar-lhe os votos de parabéns pelo evento que decorreu na passada quinta-feira. Um evento muito conseguido. Não obstante,

não posso deixar de salientar que no meio de tantas homenagens, de tantas elevações pedestais realizadas pelo Senhor Presidente de Câmara no seu discurso, tenha totalmente passado ao lado daquilo que foi o contributo de uma pessoa que foi autárquica, eleito pelo Partido Socialista, Presidente de Câmara, Agostinho Fernandes, que foi o autor e o grande incentivador da criação daquela Biblioteca. O Senhor Presidente de Câmara fez tantas homenagens a pessoas, muitas delas justas e merecidas, e lamento que não tenha feito uma referência à pessoa que permitiu hoje o Senhor inaugurar uma requalificação, tendo sido no passado o grande obreiro desta obra. Terá alguma objeção de consciência ou simplesmente o seu Partido não lhe permitiu fazer essa abordagem? -----

---Uma outra questão, Senhor Presidente, ao Partido Socialista tem chegado inúmeros testemunhos e inúmeros queixumes da política de recursos humanos que tem vigorado no nosso município. Tem-nos chegado dados de irmãos de Senhores Vereadores que são contratados em regime de avença para o município. Filhos e filhas de autarcas de freguesias, destacados militantes partidários desta Coligação, grande parte deles contratados para o nosso município em regime de avença. A questão que lhe coloco é: o que é que o Senhor Presidente tem a dizer a todos aqueles que se candidatam a serem funcionários do nosso município e que não tem família no poder municipal, ou que não é filiado nos partidos que sustentam esta Coligação.-----

---**RICARDO VALE (PS)** - Uma questão muito simples. É com agrado que o Partido Socialista verifica o arranque da obra da estrada de Gemunde, em Vilarinho, mas este propósito impõe-se colocar uma ou duas questões. Como todos sabemos, a estrada não confina a Vilarinho das Cambas, prolonga-se até Outiz. E a questão que coloco ao Senhor Presidente, Dr. Mário Passos, é se já está previsto o acordado o prolongamento da obra para a freguesia de Outiz dando continuidade ao que está a ser feito em Vilarinho? -----

---Reforço, agrada-nos o arranque da obra, no entanto não nos podemos, em particular o executivo, de esquecer, não nos podemos esquecer das pessoas de Outiz. -----

---Uma segunda questão muito rápida também. Na sua intervenção, Senhor Presidente, referiu várias vezes: “sem qualquer patrocínio do estado ou fundos comunitários”, e referiu com firmeza, com vontade, e eu subscrevo esse tipo de afirmação. A questão é se nas obras que inaugura com investimento e patrocínio do estado ou dos fundos comunitários também fará com a devida veemência essa referência. -----

---**JORGE COSTA (PS)** - O dia de hoje é histórico! V. Exa. fez-me uma vénia, e eu faço-lhe outra a si, por aquilo que todos sabíamos. A coligação implodiu hoje, ou a coligação, ou o Senhor Presidente porque andam às avessas com o mesmo assunto. Às avessas. E este dia fica histórico porque... e é nisso que o Senhor merece uma vénia, o CDS merece uma vénia, coisa que eu não faria assim de ânimo leve. Coisa que eu não faria assim de ânimo leve. E, portanto, quando há verdade na política também deve ser registada. -----

---Senhor Presidente, vi, ali, no Centro de Famalicão, baixar os impostos já. A pergunta é curta e breve. V. Exa. vai seguir as ordens do seu partido no próximo Orçamento Municipal ou vai fazer de conta? -----

---**JOÃO NASCIMENTO (CDS)** - Senhor Deputado Jorge Costa, como compreenderá agradeço a vénia pelo respeito que tenho por V. Exa., mas compreenderá que é para o lado que eu durmo melhor. A coligação está mais forte do que nunca, e terá oportunidade de o ver nas próximas eleições. -----

---De resto, queria só deixar aqui um apontamentozinho ao meu caro amigo, Senhor Deputado Luís Miranda, para lhe dizer o seguinte, Senhor Deputado: de tantos Deputados que aqui tem, e de tantos partidos representados não deixa de ser curioso que no ambiente de alegado nepotismo e todos os casos que está envolvido o Partido Socialista por todo o país seja um membro do Partido Socialista a vir aqui levantar esta questão. Portanto, os meus parabéns pela coragem. Não acredito que o Senhor se envolva nesse tipo de casos porque eu o conheço, mas não deixa de ser curioso que venha desse lado a crítica. -----

---Finalmente, por que também referiu o ex-presidente Dr. Agostinho Fernandes, também me parece adequado que hoje se fale dele, Senhor Presidente, principalmente quando se discutem questões ambientais. Penso que o Presidente eucalipto não devia ficar de fora.

---O SENHOR PRESIDENTE DA JUNTA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESMERIZ E CABEÇUDOS (ARMINDO MOURÃO) - O meu objetivo é vir aqui também um bocadinho para esclarecer, visto que estamos a falar de um assunto do eco parque sendo em Cabeçudos. Também queria partilhar com todos porque estranhamente nem promotor, nem Câmara Municipal, naturalmente, nem nenhum partido, falou com a Freguesia de Cabeçudos. Portanto, eu hoje não venho aqui de alguma forma discutir o projeto em si, o teor não foi tido, mas nós, conhecendo a freguesia, há uma coisa que nós não temos qualquer dúvida, não nos importamos, Senhor presidente, que o EcoParque vá para Cabeçudos. Isto porquê? Porque nós temos reivindicado há muitos anos a acessibilidade que liga Quintão ao centro de Cabeçudos, portanto, para evitar a ida à variante, e quem vai para Lousado fazer essa volta, temos reivindicado porque aquela população para entrar naquele municipal, para sair à municipal e virar para Famalicão demora cerca... às vezes de 15 a 20 minutos, devido ao trânsito que ali está. E nós, de facto, procuramos e quando ouvimos falar nesse projeto EcoParque, vimos ali a possibilidade enorme de um crescimento, e que ali a Freguesia de Cabeçudos precisa.---

---O que me entristece a mim, e também dizer quem me conhece, e o Senhor Vereador Hélder conhece muito bem, eu tenho uma preocupação enorme com o ambiente, e isso, ele sabe-o muito bem. São muitos os problemas que eu vou falando, vou denunciando, e vou procurando que eles sejam resolvidos. E eu aqui queria, em relação ao ambiente, partilhar, portanto, também dizer que de facto nesse assunto do desbaste, não foi tido nem achado, nem ninguém me perguntou nada, nem me auscultou. -----

---Nós, ontem, tivemos a Assembleia de Freguesia, e eu gostava e muito de partilhar com vocês, aqui, hoje, que no decorrer da Assembleia, no final havia um elemento do público

que tinha uma questão por que o objetivo dessa questão era mudar o nome de uma rua, portanto, sendo um Senhor com 82 anos, o Senhor Professor José, a preocupação dele era de facto mudar o nome de uma rua - rua da Paz para rua Meã. Porquê? Porque, segundo ele, ali é que nasceu Cabeçudos. E, por alguma razão, portanto, é um assunto assistir, mas como o Senhor esteve lá na Assembleia até ao fim ouviu a discussão do Eco Parque. No final ele disse-me assim: “Eh pá, eu estive-vos aí a ouvir a discutir. Claro, houve uma discussão política nossa, mas sem dúvida nenhuma que o objetivo é que, de facto, algo nasce ali, para nós é importantíssimo, e também para partilhar porque quem lá vive...” e a Senhora disse assim: “teve uma preocupação que é o rio que lá passa” - de facto, o rio que lá passa foi a preocupação dele - e virou-se para mim e disse-me assim: “olhe, eu acho que o Senhor Presidente deve ter cuidado em manter o Rio, porque acho que é importante, e devia fazer tudo para que nada corresse mal. E disse: “quanto ao desbaste e às árvores, eu não sei o que estão preocupados com isso. Lá não havia árvores. Lá não havia árvores! Aquilo cresceu. Aquele matagal que lá existe, cresceu ao longo de vinte e tal anos. Se vocês forem ver os tipos de árvore... ó Senhor Deputado, eu estou-lhe a dizer, e posso... eu posso-lhe chamar essas pessoas e demonstrar que não havia. Aquilo era um espaço agrícola que, naturalmente, pelo abandono aquilo tinha um silvado enorme - três metros de altura por todo o lado. Atenção que eu não estou a dizer que concordo com a forma como o trabalho foi feito e da forma como foi feito. Mas, eu acho que o que aqui devia ser discutido seria a importância daquilo para a freguesia de Cabeçudos como está a ser discutido para o concelho, como o EcoParque pode ser em qualquer lado. A questão é por que é que não pode ser e não poderá nascer ali em cabeçudos. E essa é a questão que eu queria dizer ao Senhor Presidente. Por que é que não pode ser naquele espaço? Por que é esta discussão? Também é uma curiosidade minha, e se pudesse responder, eu gostava. -----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** - O Senhor Deputado Jorge Costa lançou aqui um repto dizendo o que é que pensam os Partidos. -----

---Bom, Senhor Deputado, objetivamente eu não estou obrigado a responder-lhe, como deve calcular, a não ser que pretenda aqui subverter de facto o funcionamento da Assembleia, mas tenha calma, eu tenho tempo para explicar direitinho. Pretendo efetivamente subverter o funcionamento da Assembleia por que aqui quem é escortinado não são os Grupos Municipais nem os Presidentes de Junta como sabe, é a Câmara Municipal, e, portanto, o Senhor Deputado pode fazer as perguntas todas que entender por bem formular ao Senhor Presidente da Câmara e ao executivo, e formulou-as. -----

---Quanto à opinião dos Partidos Políticos, eu também não vou responder pelo PSD, quando muito lhe vou responder pelo grupo Municipal do PSD, como deve calcular até porque não sou Presidente do Partido Social Democrata, sou Vice-presidente, mas não sou Presidente, e nunca faria essa indelicadeza por um lado e por outro lado nunca lhe responderia nessa qualidade nesta casa, porque senão sob pena de aqui uns tempos, enfim, o Senhor Armindo Gomes estar a ser interpolado pelo Senhor Presidente da Confraria da Nossa Senhora dos Remédios, o Arquiteto Meireles por ser Presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários famalicensenses, o Deputado Pedro Santos por ser Dirigente do Corpo Nacional de Escutas, e por aí fora. -----

---Mas já que pergunta a opinião do Grupo Municipal do PSD, deixe-me dizer o seguinte, Senhor Deputado: se o Senhor Presidente da Câmara Municipal quisesse, hoje, estaríamos aqui muito provavelmente a discutir e a deliberar sobre um pedido de declaração de relevante interesse Municipal daquele equipamento, daquela operação urbanística, se quisesse, porque tem uma maioria confortável no executivo e tem e tem, como sempre teve, uma maioria confortável, uma maioria absoluta confortável dos dois Grupos Municipais do PSD e do CDS/PP, mas o Senhor Presidente da Câmara não quis trazer a esta Assembleia Municipal este assunto, sob forma de proposta. Primeiro porque não

pode fazer, ou melhor dizendo, teria que cumprir obviamente o procedimento da sua aprovação em série de executivo, mas ele não quis! E não quis porque encontrou, ou melhor dizendo, achou que não tinha condições para o fazer. Achou que não tinha condições para o fazer. E, por isso, é que retirou a propostas das duas vezes porque se entendesse que tinha condições teria submetido a proposta a votação e hoje estaríamos hoje aqui a discutir. Mas ela não está cá! Mas nós estamos a discutir o quê? Qual proposta? Em que termos? Em que condições? Como é que o Senhor quer que um Grupo Municipal se decida e diga qual é a sua opinião sobre uma proposta que ninguém conhece - pelo menos eu não conheço, o meu Grupo Municipal não conhece, a Assembleia Municipal não conhece - como é que o Senhor quer que nós nos pronunciemos? Se o Senhor me pergunta, como já fez essa pergunta e o Deputado Nascimento também respondeu, o Senhor Deputado, agora estou a falar em termos pessoais, se me permite, o Senhor é a favor de um EcoParque? Eu, em princípio, sou. Eu julgo que é uma infraestrutura e um equipamento de maior valia, de mais valia para o município. Mas se me pergunta em concreto se aquele e este equipamento é adequado para aquele espaço, eu não lhe posso responder. Eu não conheço o processo. Eu não conheço os termos de licenciamento. Eu não conheço os pareceres que possam incidir sobre ele mesmo. Eu não conheço as autorizações superiores que sobre o mesmo venham a recair. Ó Senhor Deputado, não peça que o Grupo Municipal do PSD se pronuncie por algo que não conhece. Não conhece! E não veja nesta posição nenhuma desunião de divergências, se bem pelo contrário, é mesmo de convergência. Se o Senhor Presidente da Câmara entendeu que não havia condições para submeter a proposta, é porque não havia mesmo. E nós estamos em absoluta concordância. -----

---**JOÃO NASCIMENTO (CDS)** - Eu queria só, obviamente, depois das intervenções que me seguiram, reiterar esta posição do Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira. Obviamente não há aqui qualquer discordância. Aliás, tudo aquilo que aqui foi dito, eu

tenho a certeza que será partilhado pelo Senhor Presidente e pelo restante executivo da Coligação, caso assim não fosse a proposta certamente não teria sido retirada. E, portanto, percebendo o desconforto do Senhor Presidente da Câmara relativamente a esta proposta, nasce esta posição quer do CDS quer do PSD que penso que está mais do que clara. -----

---**LUÍS MIRANDA (PS)** - Apenas dois apontamentos. Respondendo ao meu colega Deputado João Nascimento, poderia também, eventualmente, falar aqui de muitos casos, submarinos, etc., mas acho que isso não nos dignifica, o debate é municipal, é local e, por isso, eu centro-me nas questões locais. E, desde logo, dizer-lhe o seguinte: eu estou de mãos limpas. O grupo no qual eu integro estamos de mãos limpas. O Senhor, daquilo que eu conheço e pela amizade que temos, parece-me, quase 100% de certeza, que o Senhor está de mãos limpas. Mas faço-lhe esta questão: e o seu Grupo Municipal? É que há uma coisa chamada Base.Gov, pelo menos os eleitos do Partido Socialista consultam - e está ao acesso de todos. Convido o Senhor Deputado a consultar A Base.Gov de vez em quando.-----

---**JOÃO NASCIMENTO (CDS)** - Senhor Deputado, força da minha profissão até consulto a Base.Gov diariamente a nível do concelho onde não trabalho, mas a nível nacional também. Não infiro daí ilegalidades, se elas existirem o Base.Gov estará sob escrutínio e, portanto, as ilegalidades virão ao de cima. Venham de quem vier, paguem o que tiver que pagar. -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS** - Começo já pelo EcoParque. Só há um único interesse para mim e para o meu executivo, é o interesse de Famalicão e dos famalicenses. E falar de um EcoParque é defender exaustivamente esse interesse. Estamos a falar de um EcoParque tecnológico, e por eu ter percecionado que os Senhores Vereadores do Partido Socialista, que têm acento no executivo Municipal, não terem a perceção técnica que nós tínhamos, obviamente, e tínhamos que ter, eu retirei a proposta pela primeira vez para que houvesse uma

apresentação na segunda vez. Fique claro! Que houve da segunda vez. Entretanto, neste tempo, foi-nos comunicado que houve uma intervenção no terreno - eu estou a falar pausadamente para que não haja nenhuma dúvida, nem nas vírgulas - e, como o EcoParque Tecnológico assenta numa dimensão de preservação dos ecossistemas e da biodiversidade, e como nós não sabemos se houve qualquer tipo de afetação dessa realidade lá existente, foi por isso que, depois da apresentação, foi retirada e com... por que eu sou muito humilde e tenho a humildade democrática suficiente para perceber quando devo evoluir e quando não devo evoluir. Agora, o território será cada vez mais competitivo, e é com estes projetos diferenciadores que o será. Para que nós ganhemos o futuro, nós temos que ter também equipamentos instalados por forma a que sejamos atrativos, nomeadamente na indústria tecnológica. E só com este tipo de equipamentos, os EcoParques Tecnológicos é que o poderemos ser. No mais, são *fait divers* que eu compreendo, mas obviamente não me dizem respeito, nem faz parte da minha atuação.--

---**JORGE COSTA (PS)** - O Senhor Presidente - isto está a ser gravado para as pessoas lá fora verem - fez de conta que não ouviu a minha pergunta. Foi ou não foi a Lisboa falar com o Secretário de Estado Hugo Pires, acompanhavam Vice-presidente do PSD e um empresário famalicense? Os famalicense querem saber, Senhor Presidente. Responda se quiser. Mesmo que não seja neste tempo, responda se quiser! -----

---Olhe, eu hoje estou solidário consigo. Longos dias têm cem anos. O PSD diz que não sabe nada. O CDS desmarca-se. O Senhor é um Presidente cada vez mais isolado e sozinho, por isso é que eu lhe devoto esta solidariedade. -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO** - Senhores Deputados, vamos avançar para os pontos da ordem de trabalhos. Eu sugeria fossem discutidos em conjunto, se não virem nisso inconveniente, o ponto dois e o ponto três, ambos têm que ver com alterações orçamentais - a 3ª alteração e a 4ª alteração - sendo que votaremos individualmente. Alguém se opõe? Sendo assim, Senhor Presidente

de Câmara, se pretendendo, pode explicar o ponto 2 e 3 da ordem de trabalhos, por favor.

---**SEGUNDO PONTO** - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA 3ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO N.º 1 ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA.-----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS** - A primeira tem a ver com a residência Universitária por forma a que se possa acomodar em sede de orçamento as respetivas verbas. E a segunda tem a ver com a oferta pública de aquisição que desenvolvemos e que, portanto, também precisa de serem acomodadas as verbas respetivas.-----

---**JORGE COSTA (PS)** - Ó Senhor Presidente, eu aflorei há bocado vossa excelência no sentido de esclarecer qual era a sua estratégica de comunicação com os famalicenses e por que é que o Senhor não falava verdade aos famalicenses. Exemplo um: traz aqui a esta Assembleia uma linha a dizer: “Residência de estudantes. Reforço Orçamental de 350.000 euros no ano corrente e 2.800.000 euros”. É isso, Senhor Presidente? É verdade isto? Isto é dinheiro da Câmara? A pergunta é simples. Eu pensei que vossa excelência... não reparou que os Vereadores do Partido Socialista na Câmara se abstiveram? Que dizem assim: “O que é isto? Que é isto?”. Eu, então, fui à própria Câmara, site da Câmara. Deste dinheiro a operação é cofinanciada em 2.971.605 euros pelo PRR-Programa. O Senhor tem medo de dizer isto aos famalicenses? E manda notícias para alguns, folhetinhos de publicidade a dizer: “A Câmara vai fazer uma residência Universitária! Nós a Câmara...”. O Senhor acha bem que se fale assim, com esta falta de verdade aos famalicenses? Qual é o seu problema de dizer assim: Estamos numa boa relação com o Governo. o Governo farta-se de investir em Famalicão. O PS tem um Deputado muito ativo chamado Eduardo

Oliveira, que puxa quanto pode para este município. O Senhor tem vergonha de dizer isto? Qual é o seu problema, Senhor Presidente? Qual é o seu problema? E, portanto, este é o órgão de sindicar o seu comportamento. Ou o Senhor acha que estas verbas todas que têm vindo para Famalicão, e são em todas as áreas e muito, são por acaso? Isto é por acaso? Ahhh! Explique-me como é que o Senhor não devota uma linha nesta alteração orçamental a dizer que isto é dinheiro da CEE e do Governo? E se não fosse mais nada dizer: Obrigado, Eduardo, por aquilo que tens feito. -----

---Caríssimos, quem ganha merece governar, tem que governar.-----

---O investimento real da Câmara nesta questão da residência são 178.395 segundo as alterações orçamentais.-----

---A Câmara tem que falar verdade e transparência aos munícipes. Por falta de verdade e de informação relevante, o PS não pode pactuar com este comportamento desta velha e gasta Coligação. Exigimos, em nome dos famalicenses, verdade na sua comunicação e nas suas propostas, Senhor Presidente. -----

---Relativamente à segunda alteração, o caso de todo não muda de figura. Aquisição de habitações, vários milhões. Falta de novo aqui informação relevante. Que casas, Senhor Presidente? Numa proposta que altera milhões de euros num orçamento, que casas? Que projetos, Senhor Presidente? Que projetos? Qual é a parte de tudo isto financiada pelo Governo, Senhor Presidente? Qual é a parte? Não é importante vir nestas propostas? De novo aqui nesta matéria de habitação, quem ganha deve governar, e vossa excelência tem que saber que o PS fica feliz com todos esses milhões de euros que vierem. É vossa excelência a geri-los porque ganhou as eleições, aqui em Famalicão. Tem o dever de o fazer, mas também tem o dever de falar verdade aos famalicenses. E, por isso, Senhor Presidente, relembro, mais uma vez, vou fazer mais vezes ao longo desta noite, relembro a vossa excelência que tem que falar verdade aos famalicenses. De novo, pela falta de

verdade e de informação relevante, o PS não pode pactuar com este comportamento da velha e gasta maioria. Da velha e gasta maioria. -----

---Vamos abster em ambas as situações.-----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** - O Senhor Deputado Jorge Costa desafiou o Senhor Presidente da Câmara a falar verdade aos famalicenses, permitir-me-á que a igualdade de circunstâncias o desafie a falar verdade também aos famalicenses, porque a intervenção que acabou aqui de proferir é de falta de verdade aos famalicenses. Não diria na sua totalidade, mas uma parte dela. Vamos a exemplos, Senhor Deputado. -----

---Obras na Unidade de Saúde Familiar de Joane: são comparticipadas, sim, pelo PRR, ou seja, orçamento comunitário do Orçamento de Estado gerido pelo Governo quanto vem? Zero; -----

---Unidade de Saúde Familiar de Calendário: as obras da construção serão financiadas pelo PRR, ou seja, financiamento comunitário do Orçamento de Estado gerido pelo Governo, e muito concretamente pelo Ministério da Saúde, quanto vem, Senhor Deputado? Zero. Zero, Senhor Deputado. Zero. E, portanto, qual foi o esforço que o Estado/Governo do Partido Socialista fez destes dois investimentos? Vamos continuar. Foi zero. E dir-me-á, e quanto foi a Câmara Municipal? Teve uma comparticipação, olhe, na Unidade de Saúde Familiar de Requião de Antonina, qualquer coisa como 17%. E terá na Unidade de Saúde Familiar, quer de Joane quer de Calendário, qualquer coisa na ordem dos 50%. E porquê? Que boa parte das obras há uma parte... há um encargo associado às obras que não é financiado. E tudo aquilo que não é financiado: equipamento, mobiliário, arranjos exteriores, jardins, o que queira, que não é financiado, que não tem, é financiado única e exclusivamente pelo Orçamento Municipal. O nosso orçamento. Pela Câmara Municipal. Qual foi o esforço do Governo, Senhor Deputado? Diga-me! Foi zero! Foi zero! A Loja do Cidadão, Senhor Deputado, 10 milhões de euros! Qual foi a comparticipação do Estado? Diga, por favor. Da agência Municipal Administrativa. Foi

zero! Teve comparticipação de financiamento Comunitário. Mas o financiamento Comunitário não é do Orçamento de Estado, meus Senhores! É do orçamento da União europeia! É dinheiro da União Europeia, não é dinheiro nosso! Não é dinheiro dos nossos impostos. E aqui sim, na verdade, o Governo... eu não vou dizer que não fez nenhum investimento, não vou tirar essa indelicadeza e não vou faltar à verdade aos famalicenses. Mas vou dizer que de facto o esforço que o Governo central tem feito aqui em Famalicão, naquilo que depende o seu orçamento, o Orçamento de Estado, ó Senhor Deputado, tem sido de uma forma muito pouco significativo. Muito pouco significativo.-----

---Nós tivemos dois investimentos aqui no Hospital, como sabe, a Clínica da Mulher, da Criança e do Adolescente, qual foi o investimento do Estado? Zero. -----

---Nós fizemos um investimento para a criação de uma Unidade Auxiliar de Urgência, no tempo da pandemia, qual foi o financiamento do Estado? Zero. Eu podia continuar o resto da noite. Vai-me encontrar provavelmente um ou outro exemplo, um ou outro exemplo que diz: mas aqui houve financiamento do estado. Mal corria, a não ser que nós não pertencêssemos a Portugal. -----

---**JORGE COSTA (PS)** - Nós agora estamos a dar-mos também que eu no fim da minha intervenção vou presentear o Grupo Municipal do PSD com um mimo, que é informação fidedigna da própria Câmara: auto de transferência do Governo. Aqui faz-se trabalho de casa, Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira. Olhe, o que está no auto de transferência: -----

---custo de manutenção corrente dos imóveis - 108.000 euros; -----

---custos com AO'S - 507.000 euros; -----

---custos dos serviços de apoios logísticos - 630.000 euros; -----

---do PRR - primeiro aviso - nova construção de São Miguel-o-Anjo - 1.837.000 euros; já lá vai. Eu agradeço que o Senhor... isto aqui não é nenhuma taberna. Eu agradeço que

não me dirija a palavra, se tiver a amabilidade, nem o Senhor nem nenhum dos Vereadores. Está bem? -----

---**A SENHORA PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM EXERCÍCIO, SUSANA FERREIRA** - Senhor Deputado, ia pedir para se dirigir apenas... -----

---**JORGE COSTA (PS)** - Muito obrigado, Senhora Presidente. Muito obrigado.-----

---...isto não é nenhuma taberna, que é isto?-----

---Ora bem. Nova construção de Joane - 2.017.000 euros;-----

---requalificação do diagnóstico pneumológico - 500.000 euros;-----

---requalificação Urbana de Famalicão - 3.327.000 euros;-----

---Acrescer a isto, todos os custos suportados pelo Ministério da Saúde - médicos, enfermeiros, técnicos, saúde pública, custos com consumíveis em equipamentos Médicos.

---Epá, olhe, e essa falácia de vossa excelência de que o dinheiro do PRR é para o estado de Guidões, que é do lado de lá do rio, acredita vossa excelência o dinheiro do PRR é do estado português, quem é que o Senhor pensa que está a enganar? O seu Grupo Municipal... epá, com toda a lisura, então o dinheiro do PRR não é o dinheiro alocado do Orçamento Europeu para o estado português? Nós estamos a falar de quê? Sim, mas estamos a falar o quê? Não é do estado português? -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO** - Senhores Deputados, peço desculpa, temos que nos escutar uns aos outros com... -----

---**JORGE COSTA (PS)** - Eu faço um apelo... -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO** - Senhor Deputado, eu estou a falar, se não se importa. Eu, neste momento, estou a fazer um apelo. Eu pedia-lhes por favor que tivessem atenção.-----

---**JORGE COSTA (PS)** - Muito obrigado, Senhor Presidente. Infelizmente, eu parece que digo algumas coisas que não agradam à plateia, e, depois, sou ovacionado.... Então,

eu chego aqui e digo-lhes: eu vou-lhes dar uma prenda, e os Senhores começam a mandar vir. Bom, não interessa. Vamos à frente. -----

---Aquilo que importa é relembrar a esta velha e gasta maioria por que é preciso doravante falar com verdade aos famalicenses, que nós vamos, nós PS, a imprensa livre, os cidadãos nas redes sociais, as pessoas na taberna, no café, no restaurante, vão desmentir as falácias desta velha e gasta maioria enquanto ela não falar verdade. Esse tempo acabou, Senhores. Está toda a gente farta desta maioria. Está toda a gente farta da falta de verdade, da falta de lisura na informação. E, portanto, querem ter isso em linha de conta, tenham. Não querem, os famalicenses vão julgar-vos. Vão julgar-vos.-----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** - Senhor Deputado Jorge Costa, eu fiquei um bocadinho agora preocupado. Então, o Senhor defende que a descentralização de competências, que tudo vá para as Câmaras Municipais e que venha zero. Foi o que o Senhor acabou de dizer! Vão 300 mil não sei para quê, vão 200 mil para ali, 5 mil para pagar aos funcionários. 200 para pagar a energia elétrica. Então estava à espera de quê?! Que fossemos também nós a pagar isso?! Então queria que fossemos nós assumir na totalidade a responsabilidade que é do estado?! É isso que o Senhor defende?! É essa a descentralização que o Senhor quer para o país?! Transferir para as Câmaras Municipais, transferir para as Juntas de Freguesia competências, responsabilidades e não se mandar o dinheiro?! Nem recursos humanos suficientes, nem organização necessária. É isso?! Foi isso o que o Senhor aqui defendeu! Foi isso que aqui o Senhor defendeu, com esse auto! E o Senhor sabe muito bem que uma descentralização de competências aceitável, justa, necessária, indispensável para o país, é uma descentralização de competências acompanhada dos respetivos meios financeiros, meios humanos. É o mínimo que se exige. E essa descentralização de competências não traz esses recursos humanos nem esses meios financeiros. São insuficientes! Não é em Vila Nova de Famalicão, é em todas as

Câmaras Municipais do país, seja na área da educação, seja na área da saúde, seja na área da ação social. São aquelas, como sabem, implicam maior volume financeiro. -----

---Senhor Deputado, continuo a dizer-lhe: qual foi o esforço financeiro do Orçamento de Estado ou do Governo nos investimentos que referiu? É inferior ao da Câmara, por amor de Deus! Num investimento que é do estado, responsabilidade exclusiva do estado, onde o orçamento Municipal e o orçamento Comunitário pagam mais do que o próprio estado, e o Senhor acha que nós temos o dever de dar relevância ao governo que não dá nenhuma relevância ao município e às autarquias naquilo que é a transferência de meios financeiros. -----

---Muito obrigado, ficamos a saber o seu conceito de descentralização.-----

---**JORGE COSTA (PS)** - Quando vossa excelência, dirigindo-se à minha pessoa, diz assim: “então vem o Senhor com este auto?” Esse auto está assinado por aquele Senhor que ali está, o Senhor Presidente Mário passos. Esse auto foi acordado com a autarquia. O que não se pode esconder é o conteúdo, porque os famalicenses exigem a verdade. E se, com a descentralização, nós não conseguimos poupar dinheiro a este país que é pobre, acha que vamos continuar a locar numa gestão de proximidade os mesmos meios? Então, qual seria o sentido de descentralização se não implicar ganhos significativos na proximidade? Nós estamos muito esclarecidos sobre tudo isto, Senhor Deputado. -----

---**RICARDO COSTA (CDS)** - Estamos neste momento a discutir dois pontos que refere com uma modificação orçamental relativamente à construção da residência Universitária e à construção de mais habitação.-----

---Começando aqui pelo final, o Partido Socialista que acusou este executivo e acusou o Senhor Presidente de faltar à verdade - e foi isso que o disse aqui - começamos por lhe relembrar as coisas e das inverdades que já que o Partido Socialista... e começando pela sua parte final: “este país é pobre, e se nós não pouparmos dinheiro como é que será com a descentralização?” Muito bem, Senhor Deputado, Jorge Costa. Este país é pobre, e este

país é governado pelo Partido Socialista que nunca teve uma despesa tão grande. É governado pelo partido Socialista que nunca teve impostos tão grandes. E é governado pelo Partido Socialista que nunca teve serviços do estado tão fracos. O que é que me tem a dizer a isto, Senhor Deputado? Acha que vem para aqui indicar e dizer que não é verdade! Ouça, o Senhor é... já foi dito aqui, e o Senhor tem dúvidas e continua a bater na mesma tecla, mas faz isso propositadamente e para ver... por que tantas vezes o cântaro vai à fonte... diz a mentira várias vezes, várias vezes, várias vezes, a ver se passa a verdade. Mas, ó Senhor Deputado, não nos vai vencer pelo cansaço. Não nos vai vencer pelo cansaço! Aquilo que o Senhor acabou de depositar ali na bancada do Partido Social Democrata é pura demagogia. Só o Senhor há bocado e o Chega... o PS vai mimando o Chega conforme lhe dá jeito, e só o Senhor há bocado e o Chega no início do debate. Ele entrou agora que é para... está, estão amigos, é normal. E, portanto... aliás, vocês são os padrinhos dele, portanto, não é difícil perceber isso. E, portanto, só é pura demagogia, Senhor Deputado. É pura demagogia o que o Senhor faz. E depois chega aqui uma auréola de santo a pensar que está aqui a dizer... ainda não estamos no tempo da CEE, e vossa excelência... nós estamos no tempo da União Europeia, e vossa excelência e a sua bancada quando dizem: “mas afinal o PRR não é do estado?” Ó Senhor Deputado, o PRR vem do orçamento da União Europeia, e, portanto, tenha lá paciência e não misture as coisas e não confunda as coisas. Os famalicense são inteligentes. E são inteligentes não são só hoje, não foram só o ano passado. Os famalicense são inteligentes e sabem perfeitamente ver o seu estado de desespero, Senhor Deputado. -----

---**JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD)** - Senhor Deputado Jorge Costa, devagarinho vai lá. Acredite, devagarinho vai lá.-----

--- Senhor Deputado, eu estou plenamente de acordo consigo, com o princípio de que a descentralização de competências deve conduzir uma maior eficiência na prestação dos serviços. Estamos totalmente de acordo. Ou seja, conseguir prestar um melhor serviço à

população exatamente com os mesmos meios financeiros. Os mesmos meios financeiros. Mas ó Senhor Deputado, o que tem acontecido com esta descentralização? E esta queixa, parte desde logo da Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, Dra. Luísa Salgueiro, Presidente da Câmara Municipal de Matosinhos, de que as verbas que estão afetas à descentralização são inferiores à despesa que o estado tinha quando geria ele esses mesmos equipamentos. E há aqui um diferencial. Está estimado. E no caso da educação são 4 milhões de euros, em Vila Nova de Famalicão. E no caso da saúde, andamos muito próximos, se incluirmos naturalmente a construção ou a reabilitação, estamos muito próximos dos 9 milhões de euros. E é isto que é absolutamente criticável. Ó Senhor Deputado, ainda mais criticável é mandarem o dinheiro depois. Isso, então, é que é absolutamente inaceitável! Nós iniciamos o novo ano letivo escolar, e o estado ainda não transferiu o dinheiro relativamente aos transportes escolares e às refeições escolares do ano letivo anterior. São 2 milhões de euros. E isso causa constrangimento às autarquias. Isso causa ruturas de tesouraria. Isso põe em causa outros investimentos. É essa a descentralização do PS que o Senhor defende. Muito obrigado! -----

---**JORGE COSTA (PS)** - Senhor Deputado, como vê estou calmíssimo e vou estar até ao fim da sessão. E para o desassossegar a si, ainda mais, queria-lhe lembrar, entre outras, os investimentos brutais do Governo na nova Esquadra da PSP, na remodelação da Esquadra da PSP. Epá, esta doeu, não?! esta doeu. -----

---Olhe, eu quero lembrar a vossa excelência, eu quero lembrar a vossa excelência que, ao contrário do que disse aqui, que devemos centralizar com os mesmos meios. Não, Senhor Deputado, devemos descentralizar para gastar menos meios dentro de uma lógica de proximidade, de eficiência. Menos meios. Nós para transferirmos coisas de Lisboa para Famalicão devemos, em Famalicão, realizar poupanças com isso, para todos, porque o dinheiro que se gasta é de todos.-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -

Senhores Deputados, eu pedia que aguardassem silêncio, por favor. -----

---JORGE PAULO OLIVEIRA (PSD) - Eu peço imensa desculpa. Eu disse que o Senhor Deputado aos bocadinhos e devagarinho ia lá, mas enganei-me redondamente. Até fiquei agora a saber que afinal o Senhor defende uma coisa completamente diferente do Governo do Partido Socialista. Exatamente diferente! Eu agora já não sei com quem é que estou a falar. Já não sei com quem é que estou a falar! Ou melhor dizendo, com que Partido Socialista estou a falar. É que o Partido Socialista, o governo do Partido Socialista diz: “nós queremos transferir exatamente o mesmo volume financeiro, para que seja prestado o melhor serviço do que aquele que é hoje prestado, porque as autarquias gerem melhor.” E o Senhor diz: “não, nós queremos mandar menos dinheiro! Bom, está esclarecido. Já estamos esclarecidos. Agora já percebi a sua confusão e já percebi a sua opinião. Presumo que seja a opinião da bancada que o Senhor lidera.-----

---TÂNIA SILVA (CDU) - Eu ouvi atentamente este jogo de ténis que aqui acabamos de assistir, mas esta discussão vem dar apenas razão à posição da CDU, totalmente. Contratos de descentralização de competências, desresponsabiliza o estado das reais funções, e faz com que andemos aqui como dois galos na capoeira, onde um se responsabiliza das suas funções enquanto estado, e o outro só aceita se vier com cheque em que... ou que de alguma forma se possa compensar financeiramente e, aliás, se torna um cheque justificável.-----

---O desafio que nós lançávamos, Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira, é que se é inaceitável não aceitem. É tão simples quanto isso. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -

Vamos guardar silêncio, por favor.-----

---ARMINDO GOMES (CDS) - Senhor Deputado Dr. Jorge Costa, vou tentar não ter agressividade que você tem neste púlpito porque não lhe fica bem, até pela idade que tem.

Ou não acredita naquilo que diz, ou então está desorientado. Mas eu vou tentar ser educado para os famalicensees porque os famalicensees estão-nos a ouvir lá fora e não estão para ouvir estas barbaridades, aqui. -----

---Eu sei que vai arrancar a obra da requalificação do Posto da GNR. Quando? Não sei. Sei que vai ser requalificado o Posto da PSP. Quando? Não sei. Mas sei muito menos... isto quero que os famalicensees ouçam e os Deputados aqui, os Senhores Presidentes de Junta e o Senhor Presidente de Câmara, foi prometido aos famalicensees num ato eleitoral - já passou dois anos - no concelho de Vila Nova de Famalicão a ampliação e requalificação do Hospital de Famalicão. É uma vergonha o Hospital que nós temos, num concelho que tanto produz para a riqueza do país, ter um Hospital pior do que um concelho que tem 20 ou 30 mil eleitores e não tem empresas. Nós temos um Hospital que não está adequado às necessidades do concelho de Vila Nova de Famalicão. Isso é que é importante, dizer aos famalicensees que o Partido Socialista em campanha eleitoral mente quantos dentes tem na boca. Isto não fica bem ao Partido Socialista. Eu não gosto de um Partido Socialista a mentir aos famalicensees em atos eleitorais. Gosto que todos nós, seja o Chega, seja o CDS, seja o PSD, que fale sério para os famalicensees. Isso é importante!

---Temos um Centro de Saúde que é uma vergonha! Pequeninos, gente em fila. Hoje fui lá para tomar a vacina do tétano e vem só daqui para 15 dias, porque não temos médico, tanta gente aqui à espera! Estava tudo banido de gente!! Isto não lembra ao diabo! Um concelho que tanto produz para a riqueza do país, e temos uns Centros de Saúde que são uma vergonha! -----

---Senhor Dr. Jorge Costa, eu acredito que você não acredita naquilo que diz aqui. Portanto, vem-lhe à ideia e você diz aqui umas barbaridades e tal, umas asneiras, mas não acredita naquilo que diz. Você em juízo perfeito, em condições perfeitas, a falar comigo não dizia isto, aqui ao púlpito para os famalicensees. -----

---**JOÃO PEDRO CASTRO (CHEGA)** - O Dr. Paulo Portas dizia a propósito da saída do CDS no Parlamento: o Parlamento com a chegada de outros partidos, inclusive aquele que eu defendo, não ganhou em ideias, ganhou em barulho. Aqui, esta Assembleia, está a ganhar em barulho. Em barulho pouco producente. É que fica muito difícil para os portugueses em geral e para os famalicenses em particular perceber as diferenças entre dois irmãos desavindos, PSD e PS. É que no fim de contas, no fim do dia, os Senhores, como diria o camarada Jerónimo de Sousa: são farinha do mesmo saco. -----

---**POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA 3ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO N.º 1 ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA ATUAL REDAÇÃO, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS/PP, DO CHEGA E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, COM A ABSTENÇÃO DO PS E DA CDU.** -----

---**TERCEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA 4ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO N.º 1 ARTIGO 25.º DO ANEXO I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.** -----

---**POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA 4ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA A) DO N.º 1 ARTIGO 25.º DO ANEXO**

I DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA ATUAL REDAÇÃO, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS/PP, DO CHEGA E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, COM A ABSTENÇÃO DO PS E DA CDU.-----

---QUARTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DAS VIAS DISTRIBUIDORAS PRINCIPAIS PREVISTAS NO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (JOANE, POUSADA DE SARAMAGOS E VERMOIM) - ESTUDOS PRÉVIOS PARA AS ÁREAS SITUADAS: LUGAR DAS CHARRUEIRAS, FREGUESIA DE JOANE; LUGAR DE CARIDES, FREGUESIA DE POUSADA DE SARAMAGOS E LUGAR DE VILA MENDE, FREGUESIA DE VERMOIM, RESPETIVAMENTE, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 22º DO REGULAMENTO DO PDM, BEM COMO NOS TERMOS DA ALÍNEA R) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS - Senhor Presidente, trata-se de uma proposta muito simples, que é uma correção um espaço canal, por forma a que se afaste dos aglomerados populacionais que já existem nesse mesmo espaço.-----

---LUÍS MIRANDA (PS) - Antes de propriamente iniciar a minha intervenção, gostaria de fazer aqui um pequeno reparo, pelo menos foi-me transmitido pelos Senhores Vereadores eleitos pelo Partido Socialista que houve uma declaração de voto nesta deliberação quando foi aprovada em reunião de Câmara. Verifiquei que a mesma não consta da proposta que foi remetida, pelo menos a mim, não sei se foi algum erro dos

serviços ou não, independentemente possa ter acontecido. Se aconteceu não há problema, se não aconteceu, deixo aqui a sugestão que na próxima haja o cuidado, ainda que este não seja o local próprio de lançar esse repto, mas que no futuro possamos ter as declarações de voto assumidas pelos Senhores Vereadores, até para discutirmos aqui nesta Assembleia. -----

---Propriamente da minha intervenção enquanto a este ponto, o sentido de voto do Partido Socialista será de abstenção, lá está, no sentido de acompanhamento e seguimento daquilo que foi a posição assumida pelos Senhores Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, e seguindo aquela que foi a declaração de voto, que aqui há pouco mencionei. Quanto a este ponto votaremos abstenção por quatro motivos muito específicos. No nosso entendimento, estas vias não se adequam às necessidades do tráfico existentes no local. Houve também uma ausência de discussão e auscultação pública, nomeadamente dos autarcas, da sociedade empresarial, dos famalicenses em geral, das comunidades estudantis que se verificam nessa zona. Se porventura houve, pelo menos aqui na proposta, não há feita qualquer menção acerca disso. -----

---Depois, também deixamos aqui um pequeno reparo, e já os Senhores Vereadores em reunião de Câmara tinham feito, da importância da melhoria da ligação rodoviária que existe entre a Freguesia de Joane e Braga. Também lançar de novo uma sugestão que é a extensão da VIM que já foi um assunto anteriormente falado e que voltamos a trazer a discussão nesta Assembleia.-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -

Eu queria apenas dizer que no que toca a documentos para deliberações solicitadas pela Câmara Municipal, os documentos são os que a Câmara Municipal envia. Ainda assim, fica anotada a sugestão. Senhor Presidente de Câmara escutou, certamente diligenciará como muito bem achar conveniente.-----

---**ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** - Esta proposta de vias é uma proposta muito técnica. Obviamente que eu não vou entrar em questões técnicas porque acho que não é o local. Nós estamos num fórum político e não técnico, assim como também não vou fazer qualquer alusão à qualidade das propostas, tecnicamente, porque embora como técnico aqui não estou nessa função e, portanto, não vou sobrepor aos técnicos. Mas vou explicar exatamente como é que isto se passa. -----

---No PDM é feito o traçado das propostas de vias alternativas, e quem tem a proposta à frente sabe que esse traçado é marcado com uma linha pontuada a preto que está nestas plantas. Isso é feito à escala 1/10.000, portanto, é uma escala muito pequena em cima de plantas que são atualizadas no início das revisões ou da feitura dos PDM's, mas que durante a execução dos PDM's vão-se desatualizando. Quando o PDM é aprovado, muitas vezes estes traçados de vias implicam com situações que vão acontecendo no percurso desse - da revisão do PDM -, que na última vez demorou 10 anos. Por isso, é natural que quando se aprova um PDM, depois se entre num outro período que é um período de retificação em pormenor, e a uma escala mais baixa, retificação dos traçados das vias a fim de reduzir o espaço canal dessas vias e a fim de, obviamente, facilitar a gestão territorial e também a gestão urbanística. -----

---E foi isso que foi feito, e, por isso, esta proposta da Câmara Municipal, que se trata pura e simplesmente de uma retificação aos traçados, ou porque está a passar em cima de casas, ou porque está a passar em cima de uma fábrica que, entretanto, foi licenciada durante o período de revisão. E, portanto, estas vias são só, e às vezes uma retificação de traçado por causa de questões topográficas, por isso, a proposta da Câmara Municipal fundamente exatamente isto e não mais. -----

---Relativamente à discussão pública, a discussão pública foi feita a nível do PDM. Quando o PDM esteve em aprovação, foi feita discussão pública e os traçados estavam

no PDM. Agora, é uma retificação mais fina do traçado das vias, daí que, obviamente, não tem que estar nem tem que ir a discussão pública.-----

---Relativamente à outra questão que falou da ligação de Joane a Braga, eu fiz parte do primeiro PDM do concelho, em 94, e em 94 a via estava marcada também uma via de intenção de ligação de prolongamento da VIM para Braga. Mais tarde, e por isso é que a autarquia PS, que esteve desde 94 até 2001 no poder, não fez nada. E não fez nada por duas razões fundamentais: -----

---Uma - porque o traçado dessa via era quase impraticável, tanto por via topográfica como por via financeira; -----

---E, em segundo lugar - porque os Governos da altura puseram-se de fora na execução dessa via, também por essas razões, obviamente. -----

---Nos PDM's seguintes, essa via desapareceu desse local exatamente por essa razão, porque era inviável. Não digo que não desse muito jeito uma ligação de Joane por Braga, mas é uma solução que me parece tecnicamente feita, mesmo de Joane parece-me tecnicamente muito complicada de vir a ser feita. Mas isto já é uma opinião técnica, não tem nada a ver com política.-----

---**LUÍS MIRANDA (PS)** - Senhor Deputado António Meireles, quando me dirijo a este púlpito, e tenho a concordar consigo, esta é uma proposta essencialmente de natureza técnica. Mas a apreciação que eu faço é uma apreciação política e não propriamente técnica. Aí tendo a concordar consigo de que estamos aqui a discutir tecnicamente a proposta, mas as questões que aqui levanto não é de natureza técnica, é essencialmente de natureza política, até porque não tenho qualificações nem conhecimentos como o Senhor os tem para sindicar a proposta. -----

---A questão aqui que se prende, e sendo estas vias distribuidoras que pretendem descongestionar a via principal, neste caso a estrada 206, pretende-se que nós consigamos

dar melhoria de condições aos famalicenses, àqueles que trabalham naquela zona, àqueles que frequentam aquela zona e, sobretudo, resolvermos um problema que é o trânsito em Famalicão e que não afeta só aquela via, é um problema sobejamente conhecido no nosso concelho. E quando, por exemplo, o Senhor me diz: “não tem que ir à discussão pública”, de facto, presumo até que não tenha que ir legalmente, mas eu acho que se é nossa intenção e se é o nosso objetivo fazermos melhorias concretas aos serviços famalicenses, nada melhor do que conseguirmos em estreito auxílio colaboração com os autarcas, com o tecido empresarial, com as coletividades, com os famalicenses em geral. Até por que se os Senhores vão fazer uma alteração do trajeto, ainda que seja pequenina, afetará sempre alguma coisa e haverá sempre alguém que sairá afetado. -----

---Depois, também do ponto de vista político e da sindicância política, compete-nos a nós enquanto Deputados Municipais trazer aqui assuntos que possam melhorar o serviço comum que nós prestamos aos famalicenses. E de facto, quando o Senhor diz: “realizar aqui uma ligação entre Joane e Braga pode ser do ponto de vista técnico impossível ou muito pouco exequível”, deixe-me dizer-lhe que neste momento a estrada como está, não sei se o Senhor tem conhecimento do estado da via, uma certa melhoria podia ser um aumento significativamente das vantagens para todos aqueles que a percorrem e que se deslocam naquela via. -----

---O prolongamento da VIM é outra questão que nós trouxemos aqui a debate e que nós pretendíamos ver da parte deste município o ressurgimento destas questões. Nós estamos disponíveis para debater isto, por isso é que assinalamos a nossa intervenção. Se não estiverem disponíveis, nós pelo menos fazemos a nossa parte que é servir os famalicenses.

---**TÂNIA SILVA (CDU)** - Sobre o documento que nos é apresentado, a CDU não pode deixar de lamentar o quão pouco esclarecedor é o seu conteúdo, apesar de se reconhecer que a definição do tratado da via distribuidora principal está prevista no Plano Diretor

Municipal e que assenta no objetivo de criar alternativa à EN 206 que padece pelos constrangimentos de trânsito que afetam a sua fluidez. Sem conhecimentos técnicos que possam contrariar a linha dos planos ora apresentados, no estudo prévio relativo à área das Charrueiras em Joane, facilmente constatamos que o mesmo foi alterado para salvaguardar a edificação existente, aproveitar vias atuais que facilitem o traçado e para não colidir com operações urbanísticas passíveis de controlo prévio. -----

---No outro estudo prévio, relativo à área desde o lugar de Carides até Vila Mende, entendemos as preocupações que motivaram o desvio do traçado inicial, um pouco para sul, serão aceitáveis já que aceitará em grande parte na infraestrutura viária já existente e outras razões atendíveis. Lamentamos, no entanto, aquilo que parece ser o esmorecimento da exigência deste executivo junto do Estado Central no sentido de este proceder às alterações profundas na ER 206 há muito carece, tornando a vida num inferno para quem no dia a dia tem de utilizar para as mais diversas deslocações. -----

---Por fim, apesar da aparente bondade dos estudos, muitas outras interrogações que colocam à CDU e para as quais este documento ainda não responde cabalmente. Apesar desse facto, e por se tratar de um estudo prévio, a CDU entende que é seu dever votar positivamente os assuntos em apreço. -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS** - É só para informar que os Senhores Presidentes de Junta foram ouvidos relativamente a este processo.-----

---**POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DAS VIAS DISTRIBUIDORAS PRINCIPAIS PREVISTAS NO PLANO DIRETOR MUNICIPAL (JOANE, POUSADA DE SARAMAGOS E VERMOIM) - ESTUDOS PRÉVIOS PARA AS ÁREAS SITUADAS: LUGAR DAS**

CHARRUEIRAS, FREGUESIA DE JOANE; LUGAR DE CARIDES, FREGUESIA DE POUSADA DE SARAMAGOS E LUGAR DE VILA MENDE, FREGUESIA DE VERMOIM, RESPETIVAMENTE, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 22º DO REGULAMENTO DO PDM, BEM COMO NOS TERMOS DA ALÍNEA R) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA ATUAL REDAÇÃO, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS/PP, DO CHEGA, DA CDU E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, COM A ABSTENÇÃO DO PS. ---

---QUINTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 149.012,55€, PARA A CONCRETIZAÇÃO DE OBRAS DE SUBSTITUIÇÃO DO RELVADO SINTÉTICO DO CAMPO DE FUTEBOL 11 DA ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA NINENSE, E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DE ACORDO COM O DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO Nº 1 DO ARTIGO 6º DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.

---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS - Só para enfatizar mais este apoio muito significativo para qualificar mais um recinto desportivo, neste caso em particular, a Associação Desportiva Ninense.-----

---TÂNIA SILVA (CDU) - Reconhecendo a importância desta verba para a Associação Desportiva Ninense, o Grupo Municipal da CDU volta a manifestar real preocupação na grande desigualdade aos apoios das associações e modalidades do nosso concelho. -----

---Identificámos todo o mérito a associação em questão, mas também identificámos o de outras associações, modalidades e atletas. Tem sido notório o acentuar de desigualdades e coloca-se inclusivamente em causa a sua universalidade. -----

---Aliás, na próxima semana recebemos a visita Oficial dos Comissários do ACES Europa, no âmbito da Candidatura de Famalicão a Cidade Europeia do Desporto. E se este município soube correr atrás das associações e atletas para se associar a esta candidatura, importaria que também este município corresse atrás das respostas necessárias para as dificuldades que muitas das nossas associações, modalidades e atletas se confrontam diariamente. -----

---Nesta proposta em discussão, o Grupo Municipal da CDU votará favoravelmente. Mas importa frisar que só nesta proposta falamos de cerca de 150 mil euros para apoio a concretização de obras para a substituição de relvado sintético. Um valor incomparável com aquilo que muitas associações do nosso concelho recebem de apoio, mas que ainda assim, continuam a desenvolver o seu trabalho com todo o empenho e resiliência. Sem esquecer, que muitas o fazem com resultados de excelência, divulgando e beneficiando em muito o nosso concelho. -----

---**JORGE COSTA (PS)** - As minhas primeiras palavras são para o Senhor Presidente da Mesa. Gostava de convidá-lo, um dia desses, de ir à Taberna Londrina, acho que é aqui em baixo, onde se está muito melhor do que na sauna da Assembleia. Desculpe a brincadeira, mas isto começa a ser demais. Nós não temos que estar aqui horas a fio, o município não está assim depauperado. Não há dinheiro para ligar o ar condicionado aqui? É que eu já falei disto quinhentas vezes, mas pelos vistos isto é propositado. Tenho quase a certeza que isto é propositado, sujeitando os Senhores Deputados a uma sauna para os cansarem, para não lhes darem condições para haver um debate sereno, com as

mínimas comodidades e segurança a bem de todos. É porque eu já fiz este reparo, mas pelos vistos o que eu digo nesta casa ninguém ouve, ou ninguém quer ouvir. -----

---Bom. Ó Senhor Presidente, vossa excelência tem de perceber muitas vezes os recados que o PS vai mandando publicamente. Um deles foi que a coligação começava a ser tristemente conhecida por uma coligação de negócios, não sei se já ouviu isto na comunicação social ou não, mas pelo menos o PS esforçou-se para que se fizesse chegar isto. -----

---Ora bem. Nós fomos analisar aqui o subsídio à Associação do Ninense e descobrimos mais uma vez um nome ligado a isto tudo. Mais uma vez um nome ligado a isto tudo. Estas coisas não são por acaso, porque os relvados sintéticos deste município são praticamente feitos sempre por esta entidade. E, depois, fomos também ver... vossa excelência sabe... não mexa nos papéis, vossa excelência sabe de quem eu estou a falar, e fomos ver outra coisa. Aqui como o dinheiro que se vai gastar é de todos, devia de haver a máxima transparência. O dinheiro que se vai gastar em Nine é de todos, Senhor Presidente, de todos os famalicenses, e devia de haver a máxima transparência nisto. Então descobrimos que, uma das três entidades consultadas pela Associação para informar o preço, Jardins Saldanha, nem tem alvará de empreiteiro, nem certificado de empreiteiro de obras públicas. Está aqui, do IMPIC. A Câmara sabia disto? Ou estas coisas andam à “trouxa mocha” e vossa excelência não sabe nada do que se passa dentro da Câmara. Um dos empreiteiros! -----

---Outro, sim, é um empreiteiro conceituado, mas aquele a quem terá sido adjudicado este serviço não tem alvará de obras públicas. Foi ou não foi a Jardins Alves que fez este e muitos e muitos relvados sintéticos em Vila Nova de Famalicão? É ou não a Jardins Alves que faz a manutenção? Por que esta, Jardins Alves, não tem idoneidade legal para fazer obras acima de trinta e pouco mil euros, só tem certificado de empreiteiro de obras

públicas. E estamos a falar de gastar o dinheiro de todos, de todos os famalicensenses. Deveria haver aqui cuidado - 32.200 euros, IVA não incluído - havia de haver aqui um cuidado extremo nestes gastos, sob pena de isto andar sempre “meia bola e força”. -----

---Outra realidade é esta: as obras já estão feitas. Vossa excelência contava como certo sabido de antemão que informou nesse sentido a Associação que toda esta gente ia votar a favor? O Senhor dava como garantidas e certas? Olhe, senhor Presidente, mude de linha porque não sou eu ... o Senhor acha que eu adivinho estas coisas todas? Não sou eu. São os famalicensenses que cada vez mais fazem chegar ao PS, ao Deputado do PS, aos membros Vereadores do PS, aos membros da Assembleia. É uma hoste de famalicensenses que se levantam a dizer assim: isto é só negócios. E, portanto, pedimos-lhe, por favor, mais rigor na gestão dos dinheiros públicos.-----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS** - Relativamente aos apoios, como é sabido, e aliás é um clássico na Câmara Municipal desde há muitos anos, a Câmara Municipal gasta cerca de oito milhões de euros por ano em desporto, para todos os famalicensenses inclusive, na última reunião de Câmara, até as nossas mulheres grávidas vão começar a praticar desporto, vão ter um programa direcionado para elas. Portanto, é desporto absolutamente para todos. Até antes de nascer já estão a praticar desporto.-----

---O Desporto, nomeadamente o desporto federado, tem um conjunto de apoios muito significativo. As iniciativas desportivas, que as cerca de duzentas associações desportivas do concelho promovem, é o concelho de Portugal que mais associações desportivas tem. Sabe porquê? Porque a Câmara Municipal apoia, porque com certeza, se assim não fosse, não existiriam, tal como não existe nos outros concelhos. É uma evidência clara. -----

---Todas as iniciativas têm o apoio da Câmara Municipal. O desporto popular tem o apoio da Câmara Municipal, para além, obviamente, dos projetos e programas municipais que

custam... custam não, é um grande investimento nas pessoas para o seu bem-estar e qualidade de vida. -----

---No mais dizer, que as obras desenvolvidas pelo tecido associativo são todas da responsabilidade das associações respetivas. Os donos da obra são as associações desportivas.-----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE APOIO FINANCEIRO ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 149.012,55€, PARA A CONCRETIZAÇÃO DE OBRAS DE SUBSTITUIÇÃO DO RELVADO SINTÉTICO DO CAMPO DE FUTEBOL 11 DA ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA NINENSE, E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL DE ACORDO COM O DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO Nº 1 DO ARTIGO 6º DA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE. -----

---SEXTO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE PEDOME E UNIÃO DE FREGUESIAS DE ANTAS E ABADE DE VERMOIM - TRANSFERÊNCIA DE VERBAS ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 131.089,88€. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS - São duas delegações de competências em duas Juntas Freguesia, uma na freguesia de Pedome e outra na União de Freguesias de Antas e Abade de Vermoim para que sejam pavimentadas duas estradas municipais. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -

Senhor Deputado Jorge Costa, desculpe, é que eu estava a receber informação dos serviços a propósito do ar condicionado, e de facto eu não recordava, mas das últimas vezes que ligamos o ar condicionado pediram que o desligasse porque estava frio demais. Houve outro momento que também fazia muito barulho. Mas já vem aí uma senhora funcionária para ligar o ar condicionado e pronto, vamos alternando entre o quente e o frio. Ao contrário da Taberna não temos aqui umas cervejas fresquinhas. Não sei se lá na Taberna também tem ar condicionado, mas vamos indo com as nossas possibilidades. ---

---JORGE COSTA (PS) - Com humor, já que o Senhor falou em cerveja, a malta do CDS é mais leite, não é? -----

---Bom, à frente. Olhe, nós somos mais famalicenses, minhotos, das cervejas, do vinho verde que é um ex-libris, prezamos mais isso. Beba aquilo que entender, Senhor Presidente. Ó Senhor Presidente, beba aquilo que entender e que lhe faça bem. -----

---Ora bem. Ó Senhor Presidente, V. Exa. gasta o tempo, como sempre, a falar tipo professor do Charlie Brown. A professora do Charlie Brown murmura aquilo que vem por escrito na informação, e gasta os dez minutos que devia estar disponível para responder às perguntas das pessoas que aqui estão formuladas em nome dos famalicenses e, ouviu há bocado o meu camarada Vale perguntar-lhe, o Senhor sabe que nós fomos na *rentrée* ao Louro, e fica a saber que fomos lá muito bem recebidos, num parque lindíssimo, uma obra digna de registo, que eu faço aqui pública notícia. Mas foi um calvário chegar ao Louro. A estrada em Vilarinho das Cambas está a ser corrigida, mas os cidadãos de Louro ou de Outiz, Cavalões e Gondifelos, porque a estrada também passa lá e está tão mal como está em Vilarinho, estão a ser esquecidos. O que é que vossa excelência diz uma vez atrás de outra? Não tem nada para dizer aos famalicenses de Outiz, Cavalões e aos Lourenses? Devia ter, Senhor Presidente, devia ter. E devia ter mais

cuidado com a gestão dos dinheiros públicos. Eu não quero alimentar polémicas, mas lembrava-lhe aqui a Inspeção do IGF numa delegação de competências similar a esta à freguesia de Calendário, à União de Freguesias de Calendário, Relatório 2020, 105 do IGF.-----

---Oi, estão a ser mudadas as coisas ou continua isto? O que é que vossa excelência e o seu executivo têm feito para evitar o que tem sido o problema e as fiscalizações sucessivas de incumprimento por parte do IGF?-----

---Espero que uma vez, quando lhe apetecer, se não quiser responder não responda, diga assim: para mim, os cidadãos de Vilarinho das Cambas são tão portadores de dignidade como os cidadãos do Louro e de Outiz e de Cavalões. E essas pessoas vão ter a mesma estrada reparada tal como tiveram na outra freguesia. Quer continuar a trata-los como cidadãos de segunda, as responsabilidades dos atos ficam com quem os praticam ou os omite, Senhor Presidente. -----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** - O Grupo Municipal da CDU reconhece a importância destas transferências de verbas para as intervenções necessárias nestas duas freguesias em discussão, e por isso, votará a Favor.-----

---No entanto, já em outras assembleias municipais manifestamos as profundas reservas relativamente a esta matéria.-----

---Desde logo pela desresponsabilização por parte dos órgãos de poder que através da transferência de verbas, iliba-se de assegurar as condições e os meios para o exercício das mesmas. E em grande parte dos casos, tem-se manifestado em falta de planeamento, fiscalização e acompanhamento. -----

---Percebemos o desconforto em o ouvir, mas a realidade transparece não só o descontentamento da população com um conjunto de ruas com diversos problemas –

temos o exemplo da zona centro da nossa cidade -, mas também com os constantes “remendos”, consequência dessa mesma falta de fiscalização. -----

---E permitam-me até utilizar o exemplo da minha freguesia. Na Rua do Talho, em Vale S. Cosme, desde a primeira intervenção que os remendos são constantes naquela rua. São recorrentes as fugas de água através do solo e a solução tem sido, abre aqui, tapa acolá.

---Mas que fique bem claro! Não queremos com isto responsabilizar as Juntas de Freguesia e os respetivos Senhores Presidentes, que apenas tem gerido como podem e sabem. Queremos sim, que este executivo tenha verdadeira preocupação nas intervenções urgentes nas nossas freguesias, sejam elas na zona centro ou nas periferias. E voltamos a afirmar, essa preocupação passa pelo planeamento, fiscalização e acompanhamento. -----

---**RICARDO VALE (PS)** - O Partido Socialista é absolutamente a favor da atribuição deste tipo de apoios e, portanto, votará favoravelmente esta proposta. Este é o primeiro ponto. -----

---Um segundo ponto, se me permite a deixar aqui um repto ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi afirmado aqui na Assembleia Municipal, salvo erro de abril, da existência de um Plano de Ação de Reabilitação de Rede Viária, e eu procurei esse Plano e esse Plano a existir não é de fácil consulta, ou pelo menos não é... não está publicamente acessível. -----

---Neste sentido, e para que todos possamos ter uma visão ampla e programada do que está previsto no âmbito deste Plano de Ação de Reabilitação da Rede Viária, deixava o repto para que esse Plano fosse público. Naturalmente não com toda a informação, até porque admito que haja algum tipo de detalhe que não possa, não mereça ser colocado publicamente, mas, pelo menos, a informação essencial - qual a via em causa que está prevista de ser intervencionada e um prazo de execução. Na prática, o quê e o quando, por uma questão de transparência e que também para que seja possível Assembleias

famalicenses avaliarem os critérios de atribuição deste tipo de apoios e, sobretudo, compararem opções políticas neste tema com outros temas, nomeadamente os temas mais sociais -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS -

Sim, só para complementar o que referi há pouco, e depois do que ouvi também, que nós temos total confiança nas Juntas de Freguesia, e é por isso que desenvolvemos ligações de competências diversas entre as quais estas, que são apresentadas nesta proposta. -----

---Depois, dizer que, infelizmente, as estradas que estão em pior estado no concelho são claramente as estradas nacionais. Como sabem, dependem do estado, por isso são nacionais. E estamos a desenvolver esforços junto da IP por forma a que pelo menos uma parte significativa delas, estou a falar em cerca de 40kms, passem para a Câmara Municipal com o respetivo envelope financeiro associado, como é óbvio, porque nós com menos conseguimos fazer mais. E, por isso, estamos a desenvolver esse esforço. -----

---RICARDO VALE (PS) - Eu gostaria, na medida do possível, de o Senhor Presidente, Dr. Mário Passos, dissesse a esta Assembleia se aceita ou não o repto de colocar público a informação básica essencial do Plano de ação de Reabilitação da rede Viária. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS - Só mesmo para concluir. Acho que está claro, a Câmara Municipal vai continuar a desenvolver ações como estas nas estradas municipais. Mas para termos um plano concluído, temos que saber exatamente o que vai suceder por parte do estado para que nós possamos completar e concluir o plano, porque a maioria das estradas degradadas são nacionais. Pensei que tinha sido claro da primeira vez. -----

---RICARDO VALE (PS) - Muito rapidamente, admitindo por boa essa informação, percebe-se que a elaboração do plano não está concluído, o que significa que há uma parte que está concluído relativamente às estradas que não são nacionais e que o executivo

desconhece o destino. Nesse sentido, questiono se aceita o repto de lançar publicamente a informação daquilo que já existe para que possa ser devidamente avaliado. E, concluído que está o plano, fazer uma atualização da informação. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS -
Conforme referi, nós vamos continuar a efetuar propostas destas e empreitadas municipais para que a parte relativa às estradas municipais sejam concluídas tão rápido quanto possível. -----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA FREGUESIA DE PEDOME E UNIÃO DE FREGUESIAS DE ANTAS E ABADE DE VERMOIM - TRANSFERÊNCIA DE VERBAS ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 131.089,88€, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE. -----

---SÉTIMO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, COM A ÁREA TOTAL DE 81,00 METROS QUADRADOS, CEDIDA AO MUNICÍPIO COM A EMISSÃO DO ALVARÁ N.º 12/2007, SITA NA RUA DE LOUREDO, IDENTIFICADA COMO LOTE N.º 30, INSCRITA NA MATRIZ PREDIAL URBANA SOB O ARTIGO P5325, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E CALENDÁRIO. TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA.-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS -
Prescindiu de qualquer esclarecimento. -----

---**RICARDO VALE (PS)** - Apenas para relembrar a posição do Partido Socialista neste tipo de matérias. Entendemos que a votação casuística destas situações não nos faz sentido. Com uma votação caso a caso, não nos permite identificar e validar se o espírito que está por trás da lei de atribuição de domínio público, no sentido de espaço de interesse e fruição pública é atingida ou não. Neste sentido, lanço um novo repto ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para que, sempre que haja uma proposta que venha a esta Assembleia Municipal e também às reuniões de vereação sobre um caso em concreto - e temos aqui dois - de uma determinada freguesia, que anexo à proposta se faça acompanhar um documento com a identificação dos lugares de domínio público dessa mesma freguesia. O porquê desta proposta. Para que, ainda que estejamos a votar um caso em concreto, como eu entendo que o deve ser, tenhamos para essa freguesia uma visão global dos quais são os lugares de domínio público, naturalmente os lugares de domínio público passíveis de passarem a domínio privado. É um segundo repto que lhe deixo. ---

---**ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** - Ó Senhor Deputado, a dança vai continuar. Por mim, esteja à vontade, mas é exatamente ao contrário que nós pensamos. Nós pensamos que é muito mais transparente caso a caso irmos analisando, até porque estamos a analisar o... o Senhor viu as propostas? Estamos a analisar um terreno de 81m² e outro de 90m² triangulares. Isto tem alguma coisa tão transcendental que seja preciso ver?! Fazer um Plano Diretor Municipal para esta coisa! Por amor de Deus!-----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** – Sabendo da prática recorrente deste executivo em passar terrenos do domínio público para domínio privado e também sabendo das razões para esta prática, a CDU, apesar de se tratar de pequenas parcelas, não pode ser conivente com uma análise ou documento completamente impercetível de análise, de legendas completamente impossíveis de leitura e, por isso, de uma análise correta e consciente, por essa razão a CDU irá abster-se nos pontos sete e oito. -----

---**RICARDO VALE (PS)** - Só para deixar bem claro a posição do Partido Socialista e o repto lançado ao executivo. É um repto genérico, não é sobre estes dois casos em concreto. A ideia é que, e a proposta é que: sempre que um caso em concreto, independentemente da área, da localização, seja, para aquela freguesia, acompanhada da informação dos lugares dos terrenos do domínio público, para que apesar de se tratar de um caso em concreto que será votado, todos nós possamos ter uma noção da amplitude e da dimensão dos terrenos do domínio público afetos a essa Freguesia, e perceber, e aí sim votar com propriedade a favor ou contra, ou abster, perceber se a desafetação do domínio público para o domínio privado, naquele caso em concreto comparativamente com o todo da Freguesia, nos faz ou não faz sentido. É apenas uma informação complementar às propostas que nós solicitamos na medida do possível à Câmara Municipal.-----

---**ANTÓNIO MEIRELES (PSD)** - Ó Senhor Deputado, o Senhor está-se a esquecer de um elemento, que eu acho importante, que é o elemento Presidente de Junta. Os Presidentes de Junta têm um papel importante na gestão do território, e nesta questão em particular, cabe-lhes a eles dar o parecer se querem ou não que o terreno seja alienado. O Senhor quer substituir os Presidentes de Junta? Os Presidentes de Junta não servem para nada? Não vamos confiar no discernimento dos Presidentes de Junta? E depois, há uma relação de todas as parcelas de terreno que é aprovado todos os anos. O Senhor tem-na. O Senhor vai lá e verifica os terrenos da Junta de Freguesia. -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO** – Vamos votar. Ó Senhor Presidente de Câmara, eu nem lhe perguntei se pretendia usar da palavra. -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS** - Prescindo. -----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, COM A ÁREA TOTAL DE 81,00 METROS QUADRADOS, CEDIDA AO MUNICÍPIO COM A EMISSÃO DO ALVARÁ N.º 12/2007, SITA NA RUA DE LOUREDO, IDENTIFICADA COMO LOTE N.º 30, INSCRITA NA MATRIZ PREDIAL URBANA SOB O ARTIGO P5325, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E CALENDÁRIO, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS/PP, DO CHEGA E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, COM A ABSTENÇÃO DO PS E DA CDU.-----

---OITAVO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, COM A ÁREA DE 90,00 METROS QUADRADOS, SITA NO GAVETO DA RUA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS E TRAVESSA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ANTAS E ABADE DE VERMOIM, A CONFRONTAR A NORTE COM A RUA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, A SUL COM TERRENO PARTICULAR, A NASCENTE COM JOANA ISABEL SIMÕES LAMEGO E VÍTOR MANUEL CARVALHO DO REGO E POENTE COM TRAVESSA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.-----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DESAFETAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO AFETA AO DOMÍNIO PÚBLICO E AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, COM A ÁREA DE 90,00 METROS QUADRADOS, SITA NO GAVETO DA RUA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS E TRAVESSA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ANTAS E ABADE DE VERMOIM, A CONFRONTAR A NORTE COM A RUA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, A SUL COM TERRENO PARTICULAR, A NASCENTE COM JOANA ISABEL SIMÕES LAMEGO E VÍTOR MANUEL CARVALHO DO REGO E POENTE COM TRAVESSA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS/PP, DO CHEGA E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, COM A ABSTENÇÃO DO PS E DA CDU. -----

---NONO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS NO ÂMBITO DO PROGRAMA 1º DIREITO/ PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (PRR), INVESTIMENTO RE-C02-I01 - PROGRAMA DE APOIO AO ACESSO À HABITAÇÃO - PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO, APROVAÇÃO E ADJUDICAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS -
Trata-se da segunda diligência formal da primeira oferta pública de aquisição, que foi iniciada há algum tempo atrás, por forma a que possamos evoluir na aquisição de oitenta e uma habitações para que, obviamente, no final deste processo possamos acomodar igual número de agregados familiares. -----

---**JORGE COSTA (PS)** - Como já foi suficientemente explícito sobre a necessidade de falar verdade aos famalicenses, mais uma vez omite-se de onde vem este dinheiro. E este dinheiro, Senhor Presidente, na essência vem do orçamento europeu que é fruto dos orçamentos do estado da União Europeia. Portugal está na União Europeia, sabia?-----

---Muito bem, mas agora feito esse reparo, porque não vale a pena bater mais, vossa excelência já apanhou muito hoje politicamente, entendamos, eu tive que estudar e analisar estas propostas, e fi-lo só a título de exemplo.-----

---Fui à minha Freguesia, Fradelos, e fui ver o terreno onde a Câmara se propõe comprar estas habitações. Um terreno sito ao fim da rua José Régio, uma rua com perfil estreitíssimo, em nada ajustada a garantir a acessibilidade para este número de fogos, em acréscimo. Se tiver um vizinho um carro estacionado não passa lá uma ambulância nem um carro de Bombeiros, Senhor Presidente, a caminho deste terreno. -----

---A seguir, fui ver qual era a classificação do PDM. Sabe qual é, Senhor Presidente? Espaço urbano de baixa densidade. E a seguir, fui ver o contrato e diz aqui... o contrato para já vem vazio, só manda uma minuta de contrato, apesar de lhe dizermos nós para votar precisamos de saber o quê, não é minutas, não se votam minutas, votam-se atos concretos, vossa excelência teima nas minutas. Se quer mandar minutas mande, quem, como, quando. Não mande estas chocas que não servem para nada da perspetiva da fiscalização - chocas na linguagem jurídica são as minutas como são conhecidas - e, portanto, não mande estas chocas que não servem para nada. E aqui diz que a Câmara se propõe comprar um edifício de habitação multifamiliar a construir naquele terreno.-----

---Ora bem, Senhor Presidente, aquele terreno estando em espaço urbano de baixa densidade, não é para fazer prédios, Senhor Presidente, porque eu também fui ver o regulamento. E, depois, voltamos aquela lógica dos negócios para os amigos ou das

coligações de negócios, ou de... está a entender, Senhor Presidente? Aqui, o recado está a ser dado. Está a entender, Senhor Presidente?-----

---Depois, claro, depois levantam-se os famalicenses a dizer: “isto está a ser demais!”

Olhe o que diz, Senhor Presidente, para aquele terreno o PDM, artigo 76º: “As operações urbanísticas de construção ou ampliação de edifícios em parcelas a colmatar devem observar o alinhamento, a altura das fachadas, a forma de ocupação e de relação com o espaço público, existente nas parcelas ou lotes contíguos...”. Não há lá prédio nenhum, Senhor Presidente, a quilómetros de distância. Ou a Câmara, neste tipo de projetos, vai promover aquilo que lhe apetece, e quando for um particular a fazê-lo, amarrar a iniciativa do particular a um calvário de dificuldades. Em que ficamos, Senhor Presidente? Onde estão os projetos? Onde está a tipologia? Onde está a informação relevante para aprovar isto? -----

---Já percebeu por que é que os nossos vereadores disseram na Câmara Municipal: nós não passamos cheque em branco a este executivo.”. E cada vez menos, Senhor Presidente, não podemos! Nós estamos aqui a fiscalizar o uso do dinheiro dos famalicenses, e o Senhor faz o que lhe apetece, da forma que lhe apetece, omite informação relevante, e traz aqui para aprovação à Assembleia como lhe apetece. Só que com o voto favorável do PS, esqueça. Volto-lhe a dizer isto, Senhor Presidente, o PS a si e à sua coligação, à velha maioria e gasta, à coligação dos negócios não passa cheques em branco. -----

---Eu gostava muito de o advertir, eu gostava muito de o advertir... se tiver a amabilidade de ter atenção porque eu estou a falar para si, Senhor Presidente, se quiser ignorar e continuar a falar com o Vice-presidente, esteja à vontade, eu gostava muito de o avisar que este tipo de coisas pode levar a consequências graves no futuro. Gostava de o avisar que o PS está diferente de alguns anos atrás, Senhor Presidente, gostava de o avisar que os famalicenses estão diferentes de alguns anos atrás, e que agora são as pessoas que vêm

ter com o PS e denunciam as situações. Por isso, leva uma abstenção e um pedido, no ponto nove uma abstenção para que comece a informar os processos com tudo aquilo que os famalicenses merecem ficar a saber a sério o que se vai passar e o que não vai passar, e no ponto dez um voto favorável. É apenas a abertura e, portanto, o que pedimos é o que vier no ponto dez não venha desta forma porque senão seremos obrigados uma vez mais a abstermo-nos. -----

---**JOÃO CASTRO (CHEGA)** - Antes eu gostaria de fazer aqui uma nota introdutória relativamente a este tema de habitação que é preciso enquadrar: como deve o Estado intervir na habitação? Esta é a questão de fundo.-----

---Durante muitos anos vimos o Estado intervir em diversas áreas com resultados desastrosos para o bolso dos contribuintes. Consideramos que o Estado, seja ele central ou local, deve ter essencialmente uma ação fiscalizadora e interventiva naquilo que tem vocação para.-----

---Ora, embora a habitação sendo um tema complexo, as razões para esta crise imobiliária são muito óbvias e estão à vista de todos. Diz o Professor Hugo Almeida Vilar, da Faculdade de Economia do Porto: “O que leva ao aumento de preços é o crescimento da procura, que não vai acabar, mesmo que os estrangeiros comecem a comprar menos”. --

---Pois é! Em menos de 3 anos entraram em Portugal, de forma desordenada, 850 mil pessoas. Vejam bem! Quase 10% da população portuguesa. É a tal política: venham todos e depois logo se verá. -----

---*The Guardian*, no artigo em que ataca o governo (*The Guardian*, um jornal inglês), em que ataca o governo de António Costa, pelas tentativas de atrair um investimento estrangeiro, mas com isso distorcer o mercado imobiliário português, diz o seguinte: “o mercado imobiliário português passou por uma distorção e ficou irreconhecível num país

onde um salário mínimo mensal é de 760 euros, e onde 50% das pessoas ganham menos de 1.000€/mês. -----

---Os nómadas digitais, por exemplo, como sabemos vêm de qualquer lado do mundo com remunerações elevadas, acima dos 3.200 euros - e cá em Famalicão temos alguns - e já são por exemplo em Lisboa 15.200. *The Guardian* acrescenta ainda o seguinte: “a ONU alertou há 6 anos que a turistificação desenfreada prejudicaria o direito à habitação dos portugueses mais vulneráveis e previu que a degradação da habitação e das condições de vida provocaria o surgimento de novos pobres”. -----

---O pacote de medidas proposto pelo governo para responder à crise de habitação, envolvendo os municípios, tem um custo estimado em 900 milhões de euros, e visa responder à crise da habitação em 5 eixos: aumentar a oferta de imóveis utilizados para fins de habitação; simplificar os processos de licenciamento; aumentar o número de casas no mercado de arrendamento; e combater a especulação e proteger as famílias. -----

---Os grandes anúncios do governo e das autarquias suscitam grandes reações e não é de estranhar que a vaga de críticas às medidas contra a crise da habitação chega a avisar para os perigos do regresso ao PREC. Mas, mais importante do que recear o papel socialista é refletir sobre o estado, seja ele central ou local, vai ter capacidade de fazer o que se propõe avaliar, fiscalizar, arrendar, subarrendar, cobrar e pagar. -----

---Se a habitação está no núcleo duro das políticas públicas, então comecem pelos inúmeros edifícios públicos que estão sem utilização ou devolutos. -----

---Em toda a Europa os preços das casas e das rendas estão a aumentar muito acima do crescimento dos rendimentos das pessoas. Com ofertas escassas, os poucos espaços disponíveis estão a ser disputados por novos competidores - estrangeiros e imigrantes mais ou menos qualificados. -----

---O alojamento local que reabilitou o centro das cidades está a ser selvaticamente combatido. As famílias não podendo suportar o aumento dos custos procuram mudar para espaços mais pequenos e, conjunturalmente, a subida da taxa de juros e a limitação de acesso ao crédito, principalmente nos nossos jovens, que é uma decisão do BCE para toda a europa, fez subir os custos para proprietários residentes e para senhorios.-----

---Aqui, no nosso município, salvaguardando as devidas proporções, o problema é o mesmo. Enfim, não terá a gravidade Porto/Lisboa, mas é igualmente um enorme problema.-----

---É verdade que agora estão a ser lançados um novo conjunto de fogos de promoção municipal, com financiamento pelo PRR, porém, a nossa convicção, é que estes fogos vão ter pouco impacto na classe média e não irão dar resposta rápida à crise. Por um lado, porque são essencialmente dirigidos aos segmentos desfavorecidos da população - trata-se do reforço do programa Primeiro Direito e da Construção de Habitação de Emergência. Por outro lado, porque o ritmo de execução do investimento público que determinará que decorram alguns anos, até que os primeiros fogos construídos ao abrigo do PRR sejam efetivamente disponibilizados, e acrescentar que o próprio PRR é conjuntural e acabará antes de qualquer construção edificada.-----

---Há também alguns fogos em promoção pelo IHRU, mas parece claro que este esforço público, que mobilizará grande parte da capacidade de execução do estado e das autarquias nos próximos. Demorará muito tempo a ser executado e não chegará à classe média.-----

---Em breve, o Chega, entregará uma lista de 100 pessoas de classe média baixa do nosso município que necessitam urgentemente de habitação acessível. Veremos quantos serão contemplados.-----

---A título de exemplo, recorde-se que o último grande programa de promoção pública, o PER, lançado há 30 anos com um programa de radicação das barracas, procedeu à execução de cerca de 34 mil fogos foi executado ao longo de cerca de 10 anos, numa altura em que as regras urbanísticas de contratação pública eram bem mais simples do que agora. No entanto, se foi exequível este programa, há determinados requisitos que é primordial atender e alterar. Para reduzir os custos de produção da habitação civil é obrigatório mexer na fiscalidade. Uma parte significativa dos encargos associados à promoção imobiliária do nosso país, tem a ver com fiscalidade. A promoção imobiliária residencial compreende quatro fases, sob os quais incidem encargos distintos: -----

---na aquisição de terreno incide o IMT, bem como o imposto de selo; -----

---no desenvolvimento dos projetos e no licenciamento incidem IVA e taxas urbanísticas;

---na empreitada é liquidado o IVA à taxa de 23%, que não sendo dedutível é integralmente reprodutivo no preço do imóvel; -----

---no final, com a venda do imóvel, os resultados são tributados em sede de IRS ou IRC. Por outro lado, o investidor que adquire um imóvel para o arrendar para habitação tem que pagar IMT na aquisição, IRS ou IRC sobre os rendimentos provenientes do arrendamento. No seu conjunto, a fiscalidade pode chegar a representar mais de um terço do valor do investimento associado à construção de novos fogos e parte significativa do rendimento do proprietário. -----

---Portugal é um dos países em que a carga fiscal incide sobre a habitação arrendada é muito superior a quem reside em casa própria. É como se quisessem deliberadamente penalizar o investimento em habitação para o arrendamento, mas também já o dissemos, é também um problema cultural porque os portugueses gostam de ser proprietários. -----

---Aliás, os problemas mais sérios em Portugal nos processos de licenciamento não decorrem só da inércia municipal ou de procedimentos complexos, são sobretudo

resultado de sobreposição de uma mesma parcela de território, de múltiplas regras e restrições provenientes de muitas fontes e sujeitas ao controle de diversas entidades que tornam muito complexa a apreciação dos projetos pela simples dúvida na determinação das normas aplicadas e na sua interpretação.-----

---As medidas de apoio ao rendimento das famílias têm pouco a ver com a política de habitação, são medidas de carácter social através de transferências financeiras de natureza temporária que apoiam quem já tem habitação, mas vê o seu custo a aumentar. Estas medidas não resolvem o problema do acesso à habitação e podem ter mesmo efeitos contraproducentes. Aumentar o acesso ao subsídio, renda ou repor benefícios fiscais de habitação, pode momentaneamente aliviar o problema, no entanto, se não houver expansão de oferta conduzirá a prazo novo aumento de preços. E as autarquias terão capacidade para suportar esses gastos? Durante quanto tempo? -----

---Lembro que, em 2016, António Costa prometeu casas para todos até 2024, mas só entregou 1.400 das 26.000 prometidas. Se o governo em 8 anos não conseguiu resolver minimamente o problema, a nossa desconfiança relativamente às autarquias é perfeitamente legítima, até porque a taxa de execução do PRR até agora é muito baixa e já estamos em contagem decrescente. Vamos, em coerência, optar pela abstenção. -----

---**TÂNIA SILVA (CDU)** - Relativamente às ofertas públicas de aquisição de imóveis, a CDU pretende reiterar que a atual crise habitacional, é fruto da incapacidade dos sucessivos governos PS e PSD criarem uma estratégia concertada para a habitação. É por demais evidente que os esforços mais recentes do atual governo e deste executivo, na tentativa de solucionar o problema ficam aquém daquilo que é necessário, adiando desta forma o inevitável, isto é, a construção de uma política pública de habitação que almeje concretizar um direito fundamental, consagrado na constituição da república portuguesa, o direito a uma habitação. Entendemos que não é possível solucionar a crise da habitação

sem antes resolver o problema que a origina, particularmente o desenvolvimento capitalista da sociedade portuguesa. É este diagnóstico fundamental que nos permite projetar a necessidade de desencadear uma luta constante, no interior deste quadro de desenvolvimento. Uma luta por mais e melhores condições de vida, particularmente no que diz respeito à habitação, uma luta pela reivindicação de um direito que abril soube, na sua impetuosidade revolucionária, consagrar na constituição da república portuguesa. Para a CDU, o que está em causa é a resolução de um problema, causado por décadas de políticas incompetentes, cujos resultados estão á vista: -----

- a neutralização total do mercado de arrendamento; -----
- a completa mercantilização da habitação e a sua conseqüente desvalorização enquanto bem essencial; -----
- a redução do parque público de habitação para níveis extremamente baixos (2% a nível Nacional e 0.66% a nível local); -----
- a marginalização dos movimentos associativos e cooperativos na construção de estratégias de acesso à habitação.-----

---A gravidade da situação no acesso à habitação é ainda agravada pela insistência numa política de velhas formulas, numa política de fé na capacidade dos mecanismos do mercado em promover uma oferta de habitação estável e a custos controlados. Alertamos também para o facto de a iniciativa de controlar os custos na construção, nunca poder ser sinónimo de um alijar de exigências, no que diz respeito à qualidade que oferecemos aos nossos cidadãos. Nesse sentido preocupa-nos, a forma ligeira com que se definiram os critérios avaliativos, em ambas as ofertas públicas. A avaliação das propostas foi, segundo a documentação a que tivemos acesso, feita essencialmente em função do preço (valor da venda proposto e o prazo de execução perfazem 60% da avaliação) em detrimento da qualidade técnica da proposta e a sua localização (qualidade técnica da proposta e a

freguesia de implantação do imóvel perfazem 30%). Por isso, a CDU lamenta que mais uma vez se vá desperdiçar uma oportunidade de construir uma estratégia concertada para a promoção de habitação, que inverta esta lógica num sentido de dar uma resposta às solicitações das famílias e jovens que neste momento se encontram em dificuldades para aceder e manter as suas habitações, num contexto de aumento generalizado do custo de vida. A CDU considera que é necessário ir mais longe, é necessário desenvolver as políticas que apontem para a promoção de um amplo mercado de arrendamento acessível, é necessário o compromisso em aumentar o parque público de habitação para arrendamento acessível, para a média nacional (de 2%) e é necessário contemplar diferentes tipos de habitação (coletiva, multifamiliar, unifamiliar, etc.) integrando e apoiando também os movimentos associativos e cooperativos na promoção de outras formas de acesso ao financiamento da habitação. Ainda assim, pela sua necessidade, a CDU votará a favor das duas propostas. -----

---**JOÃO NASCIMENTO (CDS)** - Senhor Presidente, só um apontamento rápido, relativamente aqui à intervenção do Senhor Deputado do Chega, ainda que percebendo alguns dos considerandos. -----

---A sua intervenção, Senhor Deputado, devo-lhe dizer que, a posição do Chega deixa-me sempre assim um bocadinho confuso, porque dizem que são contra a subsidiodependência e, depois, daquilo que se lê, sabe-se que o Chega quer transformar empréstimos fundamentais do PRR para a economia que terão que ser pagos e subsídios às rendas. Esta é a proposta de André Ventura, e eu fico um bocadinho baralhado. Dinheiro especificamente destinado à economia e às empresas ou ao alavancar da economia que o Chega quer transformar em subsídios que depois terão que ser pagos por todos. Já para não falar daquele subsídio que propuseram primeiro: os 125,00€ todos os

meses de 2023, para todos os portugueses (ricos e pobres). E, portanto, é uma dúvida que eu tenho, se me conseguir esclarecer. -----

---**JORGE COSTA (PS)** - Eu esperava que o Senhor Presidente da Câmara... eu suscitei aqui tantas dúvidas, esperava que me respondesse. Mas pronto, entendeu não o fazer, é um direito que lhe assiste. Mas eu vou continuar a perguntar, e hoje pela terceira vez: V.^a Exa. foi ou não foi a Lisboa ter com o Engenheiro Hugo Pires acompanhado de um empresário famalicense e do Vice-presidente do PSD? É a terceira vez que lhe pergunto.

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO** - Senhor Deputado, Senhor Deputado, não tem nada que vir... Senhor Deputado, e vai perguntar e não vai ter resposta porque não tem nada a ver com este ponto. -----

---**JORGE COSTA (PS)** - Olhe, muito bem. Relativamente a este ponto..., mas os famalicenses querem saber, mas os famalicenses querem saber. Olhe, relativamente a este ponto, o namoro nos açores estava profícuo entre o Chega e o PSD... e eu saúdo hoje nesta intervenção e noutras, o Chega renascido em Vila Nova de Famalicão. Isto foi reflexo do problema na Madeira, explodiu a relação do namoro que vinha dos Açores e “plimmm”. E, quando, explode a Madeira saem farpas “blammm”. Foram assim as intervenções - rebentou a Madeira farpas tudo que é sítio - foram assim as intervenções do Chega. Mas, realmente, quem... eu tenho que saudar V. Exa. porque quem tem a vontade de ser o terceiro partido deste concelho, tem mesmo que andar à perna, não é? Não pode estar aqui como estava sempre a tecer loas e aplaudir o executivo e esta velha maioria, vendo como via, e como todos vemos, e como os famalicenses veem, uma série de problemas. -----

---Senhor Presidente, V. Exa, e para concluir, continuará a faltar à verdade. Enquanto não admitir alto e bom som que o dinheiro que vem do PRR é do estado português e gerido pelo governo português. Quando quiser emendar à mão, esteja à vontade. -----

---**PEDRO SANTOS (PSD)** - Este Partido Socialista de Famalicão continua copiando o desastre nacional a que se tem submetido este governo, desde 2018 a matéria de habitação. E, hoje, ficamos a saber, como diz e muito bem o Senhor Presidente da Assembleia: “vamos terminar os trabalhos”, ficamos a saber que as verbas do PRR também vêm de um estado da União Europeia, continua a construir a casa pelo telhado sem querer se preocupar com os alicerces, com o fundamental, com as questões de facto que resolvem os problemas de fundo. Mas nós somos diferentes. E desde há mais de 20 anos que lançamos medidas de apoios para as pessoas, mesmo quando até do governo temos mais bloqueios do que apoios.-----

---A exemplos de outras matérias, estamos a falar da habitação - estratégia local de habitação - estamos muito empenhados que aqui em Famalicão haja respostas condignas que complementam outros planos municipais como, e a título de exemplo, o programa “Casa Feliz - Apoio a obras e à renda”.-----

---Certamente o PS - Partido Socialista conhece, entre os diversos planos de *marketing* que utiliza, o dominado “Nova Geração de Políticas para Habitação”. Esta nova geração de políticas para habitação foi apresentada pelo governo em abril de 2018, realçando que as suas bases eram o arrendamento e a reabilitação urbana no prazo de 10 anos. Vamos a caminho já dos 5 anos. Onde é que estão esses fogos? Não estão! Não vão estar em lado nenhum! Os famalicenses estão muito atentos, e esses sim, não se deixam enganar.-----

---Lançaram recentemente o plano “Mais Habitação”, estranhando que a apresentação das medidas anunciadas não tenha merecido, uma vez mais, o envolvimento das autarquias, o que revela uma visão centralista do governo cada vez mais afastada da realidade. Esta falta de envolvimento de quem conhece localmente as necessidades da habitação, câmara, autarcas, presidentes de junta, já é um mau princípio a larga maioria das medidas anunciadas não vai responder a problema nenhum.-----

---O problema da habitação não se resolve com imposições, tem que passar por diferentes incentivos a nível local. É por isso que aqui estamos a fazer, em Famalicão, com esta estratégia local de habitação, com um plano já esgotado, e que estamos a lançar agora um segundo plano, com planos estratégicos, também como a “Casa Feliz - Apoio às Obras e apoio às rendas”, e só em 2022 foram apoiadas 300 famílias no investimento desta Câmara Municipal, no valor de 292.000€ no apoio à renda. Estamos de facto a mostrar uma grande diferença e somos diferentes. Estas são as medidas em concreto, não entramos em demagogias. -----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS NO ÂMBITO DO PROGRAMA 1º DIREITO/ PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (PRR), INVESTIMENTO RE-C02-I01 - PROGRAMA DE APOIO AO ACESSO À HABITAÇÃO - PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO, APROVAÇÃO E ADJUDICAÇÃO, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO CDS/PP, DA CDU E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, COM A ABSTENÇÃO DO PS E DO CHEGA.-----

---DÉCIMO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA 2ª OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS NO ÂMBITO DO PROGRAMA 1º DIREITO/ PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (PRR), INVESTIMENTO RE-C02-I01 - PROGRAMA DE APOIO AO ACESSO À HABITAÇÃO - AVISO DE PUBLICAÇÃO 2ª REPUBLICAÇÃO N.º

01/CO2-I01/2021 - COMPONENTE 02 - HABITAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.-----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA 2ª OFERTA PÚBLICA DE AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS NO ÂMBITO DO PROGRAMA 1º DIREITO/PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA (PRR), INVESTIMENTO RE-C02-I01 - PROGRAMA DE APOIO AO ACESSO À HABITAÇÃO - AVISO DE PUBLICAÇÃO 2ª REPUBLICAÇÃO N.º 01/CO2-I01/2021 - COMPONENTE 02 - HABITAÇÃO. TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA, FOI A MESMA APROVADA POR MAIORIA, COM OS VOTOS A FAVOR DO PSD, DO PS, DO CDS/PP, DA CDU E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA INDEPENDENTES, COM A ABSTENÇÃO DO CHEGA.-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO - Último ponto da ordem de trabalhos. Eu queria só antecipar que há duas intervenções do público. Portanto, Senhores Deputados, não desapareçam imediatamente após este ponto.

---DÉCIMO PRIMEIRO PONTO - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA COMISSÃO EVENTUAL DE REVISÃO DO REGIMENTO - PEDIDO DE PRORROGAÇÃO POR 30 DIAS.-----

---POSTA À VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA PROPOSTA DA COMISSÃO EVENTUAL DE REVISÃO DO REGIMENTO -

PEDIDO DE PRORROGAÇÃO POR 30 DIAS, FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -
Antes de mais, vamos aprovar em minuta todas as deliberações agora tomadas. -----

---APROVADAS EM MINUTA TODAS AS DELIBERAÇÕES TOMADAS. -----

---Acabada a ordem do dia, passou-se, de imediato, ao período de:-----

-----**DEPOIS DA ORDEM DO DIA** -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -
Temos então uma inscrição do público do Senhor Abílio da Silva Carvalho. O assunto tem que ver com o Monte de Santa Catarina e a regeneração natural. Tem a palavra por cinco minutos. -----

---No final, darei a palavra ao outro cidadão inscrito, que é o Senhor Francisco Cacheira, e o assunto tem que ver com consequências processuais.-----

---ABÍLIO DA SILVA CARVALHO - Uma pergunta à Assembleia Municipal. Para quando a alteração da intervenção do público para o início da sessão?-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -
Essa é uma questão que o Senhor munícipe, com o devido respeito, não tem legitimidade para colocar, porque é uma questão que compete à Comissão de Revisão do Regimento. Não cabe no ponto da sua inscrição, portanto, eu pedia que reconduzisse ao tema. -----

---ABÍLIO DA SILVA CARVALHO - Passado quase um ano sobre o ecocídio no Monte de Santa Catarina, junto ao Penedo da Lua, voltamos a esta Assembleia para partilhar os resultados do inventário das jovens árvores realizados no passado dia 23 de setembro. Nesta ação registamos a regeneração natural que está a acontecer na área. O espaço onde desenvolvemos os trabalhos, foi em outubro de 2022 profundamente

maltratado. Não foi uma simples operação de corte raso de vegetação. Para além disso, houve o desenraizamento das árvores - foram arrancadas - e o solo foi quase totalmente revolvido, foi decapado, deixando o banco de sementes enterrado em profundidade ou exposto aos elementos e à ação humana. Estiveram lá os equipamentos pesados, durante a operação de corte, e, posteriormente, aquilo é utilizado pelos desportos motorizados: motas, moto-quatro, Jeep's.-----

---Na área que pretendemos que seja devolvida à natureza e à população de Famalicão, o pequeno planalto junto ao Penedo da Lua e as suas encostas, fizemos um inventário, uma contagem das novas árvores em cerca de 30% deste terreno. Desculpem, isto não está grande coisa, mas o que vemos aqui (*mostrou uma imagem numa folha A4*), esta é a zona do Penedo da Lua; esta é a área que nós reclamamos como tendo sido um crime ambiental, porque estava aqui um sobreiral identificado no projeto como acacial. Mantém-se esta mancha de sobreiros, esta e esta (*identificou novamente na folha*), isto era um conjunto, isto era cerca de 3 hectares de sobreiros. A área que contamos foi esta aqui (*continuou a identificar na folha*), que está a vermelho, que tem estes pontinhos. Nesta área, contamos cento e vinte e quatro sobreiros; quatro carvalhos; pontualmente encontramos eucaliptos; e zero acácias. A área era identificada como acacial. A acácia é uma espécie invasora, é uma espécie quando há uma perturbação no ecossistema, rapidamente prospera e, digamos, fica tudo coberto de acácias.-----

---A promoção de políticas que adaptem os territórios para os tempos de emergência climática não podem subestimar as decisões sobre o uso do solo.-----

---Num concelho que sofre uma enorme pressão urbanística e industrial, onde a agricultura é dominada pela produção intensiva de milho, e a floresta pela monocultura do eucalipto, no contexto de povoamento disperso e sobretudo desordenado, é urgente

apertar o crivo dos processos de aprovação de novos projetos, existe o reforço da fiscalização no terreno, para prevenir este registo recorrente de abates rasos de floresta...

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO** - Eu peço desculpa, mas o seu tempo é para colocar questões, não é para fazer uma intervenção. Portanto, eu pedia que colocasse questões.-----

---**ABÍLIO DA SILVA CARVALHO** - e movimentações de terra sem critérios onde se observa o aterro de linhas de água e a destruição dos cabeços dos montes.-----

---Nas últimas semanas vieram... -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO** - Peço desculpa, eu não lhe queria retirar a palavra. O Senhor, se não se importa, tem que colocar questões.-----

---**ABÍLIO DA SILVA CARVALHO** - sim, tenho que contextualizar... se não obtiver um contexto, a pergunta não faz sentido... -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO** - Sim, mas é um contexto abundante. Isso é uma grande intervenção, mas eu vou-lhe dar um bocadinho mais de tolerância... -----

---**ABÍLIO DA SILVA CARVALHO** - Mas eu tenho 5 minutos para... -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO** - Tem, mas para colocar questões! -----

---**ABÍLIO DA SILVA CARVALHO** - Nas últimas semanas vieram a público dois casos: o EcoParque de Cabeçudos e de um terreno junto a Lousado, junto aos armazéns da Continental Mabor, que foram alvos de uma total destruição da cobertura vegetal. ---

---Relataram-nos que em Cabeçudos, depois do desmatamento, coelhos, raposas, corujas, ficaram desorientados com a perda do seu *habitat*. A esta lista, acrescentamos os insetos, os reptéis e os batráquios.-----

---Sem a mesma visibilidade mediática, temos o caso da zona industrial de Jesufrei. No seu processo de expansão tem paulatinamente destruída a morfologia do terreno de uma área sensível, dado a concentração de início de linhas de água que alimenta o Rio Este. O solo nativo é muito escasso e muito cobiçado por interesses económicos, mesmo com as restrições impostas pelo PDM, seja através de REN, de RAN e de outras, vemos que os processos tendem a ser agilizados. Para além disso, o PDM não contemplou faixas de salvaguarda nas zonas onde existem conflitos de interesses, como é o caso de zonas industriais e zonas residenciais. -----

---Com o objetivo de promover a reflexão e discussão sobre estas questões, a Associação Famalicão em Transição vai regressar às suas conversas... -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO** - Eu não quero... o Senhor tem quarenta segundos, se não colocar as questões agora, eu vou-lhe retirar a palavra. -----

---**ABÍLIO DA SILVA CARVALHO** - Ok. Muito bem.-----

---Regressando ao Monte de Santa Catarina, enquanto aguardamos pela discussão da petição que entregámos em maio, agradecemos... (desligaram microfone) as conversas sobre a central fotovoltaica de Outiz. Também solicitamos a opinião do executivo sobre a proposta da criação do primeiro parque florestal protegido do Concelho de Famalicão, e se podemos contar com a verba de fundo ambiental no montante de meio milhão de euros, seja aplicada neste projeto. -----

---**FRANCISCO CACHEIRA (FREGUESIA DE AVIDOS)** - Senhor Presidente, há instantes... para não citar Paulo, e não citar Miguel, vou citar a Senhora Mãe, de ambos, em que se há altura em que nos podemos dar ao luxo de perder tempo, pelo menos que seja em prol de algo bom. Portanto, feita esta citação de Helena Sacadura Cabral, eu peço licença para contextualizar o tema para depois poder fazer as questões. -----

---Senhor Presidente, Doutor Mário Passos, sabe obviamente porque estou aqui. Tivemos uma bela discussão na última reunião de Câmara. Indo direto ao assunto, estamos aqui por causa da indústria Granifama, que faz a exploração de granito e mármore ao ar livre, poluição acústica, poluição sonora, peço desculpa, e também emissão de poeiras. -----

---Dr. Mário Passos, eu vou ser muito direto que é para não fazer perder muito tempo que é para o Dr. Nuno Melo não me querer cortar da palavra. -----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO** - Não, porque está a ir muito bem. -----

---**FRANCISCO CACHEIRA (FREGUESIA DE AVIDOS)** - Ponto número um: a ARH Norte e a IAPMEI, Unidade de Saúde Pública, CCDRN, DGEG e GNR, todas estas entidades, Senhor Doutor Mário Passos, me responderam, por escrito, indicando quem é responsável pelo licenciamento tipo três Indústria é da Câmara Municipal. -----

---O Doutor Mário Passos - faz hoje três meses - na Assembleia de 29 de junho, mencionou que o licenciamento desta entidade seria da responsabilidade do Ministério da Economia. O Ministério da Economia diz-me que, tacitamente, que não, não da sua responsabilidade, tendo sido citado o número três do artigo 11º do Decreto-Lei n.º 73/2015. Portanto, da mesma forma que os mencionei, que esta entidade tem um licenciamento pendente desde 2015, com uma revogação ou com uma reanálise em 2021, coloco a questão, a primeira, Senhor Presidente: -----

---Quem de facto licenciou esta entidade? -----

---Eu tive um comentário, que vou repeti-lo e vou citar o meu último comentário que é: quem é que no seu perfeito juízo autorizou a instalação de uma indústria numa zona em que o PDM do município de Famalicão, que é tudo isto (*mostrou, numa folha A4, a área onde está instalada a entidade*), está como zona sensível/mista. Portanto, avançando, Senhor Presidente Dr. Mário Passos, está provado que existe poluição acústica, o Senhor

Dr. já tem essa informação; está provado que a indústria é infratora; está provado que, de facto, não podem fazer aquele tipo de exploração naquele local... -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO -
Senhores Deputados, eu pedia que escutassem com atenção! -----

---FRANCISCO CACHEIRA (FREGUESIA DE AVIDOS) - Portanto, a segunda pergunta, então, Dr. Mário Passos, é: -----

---Quem de facto licenciou aquele espaço e quem de facto está a fiscalizar aquele espaço?

---Essa é a segunda pergunta que lhe coloco. -----

---Outro ponto tem a ver com o âmbito da fiscalização, fiscalização do município através de notificação, não vale a pena estar aqui a perder tempo, sabem o que estou a mencionar, notificam a entidade para suspender de forma imediata - notificação datada do dia 21 de setembro - a atividade.-----

---Na terça-feira, quando contactei os serviços de fiscalização a informar que a atividade continuava, qual o meu espanto quando a fiscal - que não assinou o documento, foi assinado pelo seu superior hierárquico - diz-me que não tem meios para ir ao local fiscalizar o evento e que eu tenho que contactar a GNR. Recordo a GNR que já informou a Câmara Municipal por três momentos distintos, que não o deve fazer porque não é da sua competência. Então, quando eu disse isso passou para a Polícia Municipal. A Polícia Municipal que é que me responde (em conversa também hoje com o Senhor Comandante): “Não temos essa obrigação, nem sequer recebemos essa notificação por parte da fiscalização, como tal, não temos meios para o fazer.” -----

---Senhor Presidente, terceira pergunta: -----

---De facto, quem é que fiscaliza uma ordem de cessação imediata da utilização dos equipamentos quando supostamente ninguém o faz? -----

---Mas recorde, Senhor Presidente, Dr. Mário Passos, no AMBIPOR III - Organismo Nacional está lá determinado que, entre outras competências, o Departamento de Ambiente da Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão atua nos seguintes domínios: “(...) alínea c) - ruído”. Pergunto, se atua nos domínios de ruído, então porque não tem meios para fiscalizar esses domínios de ruído? Há aqui uma incongruência óbvia, Senhor Dr., portanto, peço-lhe também que faça essa averiguação. -----

---Depois, a fiscalização, também temos aqui uma situação, que a mim faz-me um bocado de confusão, Dr., que é: eu mencionei poeiras; ruído; e a utilização indevida do espaço, através da colocação de dois contentores, para a fiscalização o mais importante, 90% da importância é a regularização da urbanização, o que é para mim menos importante, o que é menos importante para as 50 famílias que estão sempre a sofrer com esta situação. ----

---Hoje, foi inaugurada a escola de Avidos, podiam ter dado um saltinho, estamos a 300 metros, trezentos e cinquenta, para ser mais preciso. Quando sobem as poeiras, e se estiver virado a sul, as poeiras vão parar para as crianças que também estão lá. A minha pergunta é:-----

---Por que é que a fiscalização não considerou, de forma alguma, na notificação também as poeiras, Senhor Dr.?-----

---Estas questões todas são um bocadinho esquisitas. Se ainda para mais, eu levantar a questão da ligação à rede pública de água ou à ligação da rede pública de águas residuais, questiono: -----

---Este local está legalizado para este efeito? -----

---Senhor Presidente, vou-lhe pedir mais 20 segundos, se me permitir, antes que termine o prazo, o tempo.-----

---**O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO** - Vou-lhe dar essa tolerância, mas, por favor, seja breve. -----

---FRANCISCO CACHEIRA (FREGUESIA DE AVIDOS) - Serei breve. Portanto, Dr. Mário Passos, a questão é muito simples. Temos incongruências várias; temos uma empresa infratora; e a última pergunta que lhe faço, olhos nos olhos, Senhor Presidente, já que a competência é exclusivamente da Câmara Municipal; já que a limitação de horário e funcionamento é exclusivamente da Câmara Municipal; pergunto, Senhor Presidente:-----

---Quem é que prefere uma empresa infratora que está a poluir o espaço sonora ambientalmente, ou os moradores são munícipes e que estão constantemente a sofrer com esta situação? -----

---É a última pergunta que lhe coloco. -----

---O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NUNO MELO - Eu queria apenas, para que o público perceba, que não é má vontade. Eu estou vinculado por um Regimento e o Regimento é o que é. E no que tem que ver com o tempo do público, o que diz é que este período da intervenção do público, que tem um tempo, destina-se exclusivamente a pedido de esclarecimento, e, portanto, exclusivamente a pedido de esclarecimento não são compatíveis com o tipo de intervenção que foi a primeira que aqui tivemos, é uma longuíssima intervenção política, é o que é, mas não cabe no regimento. E, portanto, enquanto o regimento for assim, eu lamento imenso, mas espero que compreendam porque não pode ser de outra forma.-----

---O SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, MÁRIO PASSOS - Muito bem, quanto à primeira intervenção do Senhor José Carvalho, que agradeço mais uma vez a sua participação neste fórum da Assembleia Municipal, e conforme eu também já tive oportunidade de referir algumas vezes, a Câmara Municipal, como sabe, fez diligências junto da empresa para que o espaço que referiu aqui, e que nós conhecemos, possa ser, digamos, arborizado por forma a que seja protegido. E nestas diligências, a

empresa acedeu a esta iniciativa da Câmara Municipal. E, portanto, nós estamos a aguardar, como presumo que saiba, é o projeto que eles disponibilizaram também a desenvolver por forma a que depois possa ser concretizado. Portanto, digamos que é esta a trajetória que foi desenvolvida por forma a que, e eu concordo, que aquele espaço - cerca de um hectare e meio salvo erro, ou próximo disso - seja protegido porque realmente é o ponto mais importante daquela área. E, portanto, nós vamos continuar a aguardar que tenhamos o projeto, e quando o tivermos obviamente que vamos contactar a Famalicão em Transição, conforme está comprometido. Há um compromisso entre nós assumido, como sabe também por forma a que ele seja analisado e, depois validado pelas partes. --

--- E depois disso, obviamente haverá a concretização daquilo que todos queremos que é a respetiva arborização, nomeadamente por via de árvores autóctones que queremos muito que lá aconteça e queremos muito que suceda também noutros locais, como é sabido, eu também sou defensor de um planeamento nacional, no que respeita à floresta, como sabe também não existe, e, por isso, é que se vê aqui e acolá floresta que pertence a proprietários, é que às vezes nós achamos que a floresta não tem dono. A floresta tem dono e em tese, como sabe, em tese, acho que isso nunca vai suceder, mas em tese os proprietários podem cortar as árvores comunicando ao ICNF e preenchendo o respetivo formulário na plataforma respetiva, e a partir daí como sabe, podem cortar as árvores. E, como sabe também, sabemos todos, compete ao ICNF fiscalizar estas ações. E, portanto, em tese, o que poderia suceder no país é que de repente ficávamos sem árvores porque o estado português só tem pequenas parcelas. Nós, felizmente, temos aqui uma perto, o Parque Nacional da Peneda do Gerês, e depois existe ali em Leiria e com certeza mais umas pequenas manchas, mas não existe praticamente nada no país. E, portanto, o que é que nós estamos a fazer para colmatar este défice nacional? É começar a ter Floresta Municipal e, portanto, como presumo que saiba, mas um dia destes também vamos

obviamente pedir a vossa colaboração, tal como outras associações ambientalistas, por forma a que nós nos espaços que já temos, nomeadamente, digo-lhe um, S. Miguel-o-Anjo, para que se retirem tudo aquilo que não é apropriado e adequado para os espaços florestais, nomeadamente as acácias, os eucaliptos, por exemplo, para que se coloquem em vez dessas árvores outras, que são as autóctones, que é isso que queremos, desde sobreiros, azinheiras e, obviamente, muitas outras que com certeza vocês também irão dar um contributo valioso por forma a que nós comecemos a ter também Floresta Municipal. Mas o que eu defendo, obviamente, é a Floresta Nacional que é muito pouca. Presumo que estejamos em sintonia nesta trajetória que queremos percorrer em conjunto.

---Quanto ao Senhor Francisco Cacheira, também mais uma vez agradeço. Esteve há pouco tempo em sede de reunião de Câmara para falar deste assunto. teve reuniões, nomeadamente com o Senhor Vice-Presidente por forma a que pudéssemos evoluir e avaliar o estado da arte daquela empresa que, realmente está sediada no centro de algumas Habitações, ou seja, num aglomerado populacional. -----

---Eu não vou falar do passado, obviamente. Não faz sentido para mim falar do passado, até porque não sei a trajetória daquela empresa. Sei que já lá existe há muitos anos. O que importa é aquilo que nós estamos a desenvolver, e como referiu aqui, a fiscalização, aliás, já antes disso, foi solicitado um relatório de ruído que trouxe a informação acerca desse mesmo ruído e que os resultados trazem valores acima daquilo, que são os valores recomendados e estão estipulados em sede de legislação. -----

---Posto isto, obviamente que o que fez de imediato a Câmara Municipal por via do seu serviço competente, foi dar um prazo à empresa por forma a que aquelas máquinas, aqueles equipamentos que produzem o ruído excessivo, não fossem ligadas. Portanto, foi notificado, como tem que ser, estamos num país democrático, temos que cumprir a lei e, portanto, foi notificado para que existisse uma cessação imediata daqueles equipamentos

que promovem o ruído. E, portanto, se isso não suceder, o que vai acontecer é que obviamente a entidade competente para fazer com que a ordem da Câmara Municipal seja cumprida é a GNR e será a GNR que há-de ser notificada para que proceda em conformidade por forma a que aqueles equipamentos sejam fechados/desligados se assim quiser.-----

---E, portanto, estamos a prosseguir aquilo que é o percurso formal por forma a que se alcance os objetivos, e o que nós queremos é que realmente aquelas populações onde o senhor vive e demais nossos concidadãos sejam só cidadãos, tal como os demais, que tenham uma excelente qualidade de vida porque é isso que trabalhamos todos os dias para que tal suceda. -----

---E nada mais havendo a tratar, foi dada a reunião como encerrada à uma hora e trinta e cinco minutos. -----

-----**O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**-----

-----**A SECRETÁRIA**-----

--- Fazem parte integrante desta ata os seguintes documentos: -----

--- Registo de Presenças;-----

--- Um Voto de Recomendação do Chega ao órgão executivo;-----

---Uma Proposta do Chega de atribuição de receitas do Parque Estacionamento “Antigo Campo da Feira”; -----

---Uma Moção/Saudação da CDU sobre o Dia Internacional do idoso - Dia 1 de outubro;

---Uma Moção da CDU sobre a Habitação;-----

---Um Voto de Congratulação do PS à atleta famalicenses, Joana Vanessa Carvalho;-----

---Um Voto de Congratulação do PS ao Rancho Folclórico do Divino Salvador de Delães;

---Um Voto de Louvor do PS ao atleta Gonçalo Machado;-----

---Um Voto de Pesar do PS pelo falecimento do Senhor Ernesto Ferreira da Silva. -----

---Documentos referentes aos pontos, um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez e onze;-----

---Minutas de atas referentes aos pontos dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez e onze;-----
